

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**A ESPIRITUALIDADE QUE NASCE DA PRÁXIS
LIBERTADORA DE JESUS**

MARIA JOSÉ CARDOSO

GOIÂNIA
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

A ESPIRITUALIDADE QUE NASCE DA PRÁXIS LIBERTADORA DE JESUS

MARIA JOSÉ CARDOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ivoni Richter Reimer

GOIÂNIA

2011

C268e Cardoso, Maria José
A espiritualidade que nasce da práxis libertadora de
Jesus [manuscrito] / Maria José Cardoso. – 2011.
95 f.


Bibliografia: f. 91-95.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, Goiânia,
2011.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivoni Richter Reimer”.


1. Reino de Deus. 2. Jesus Cristo – exemplo. 3. Jesus
Cristo – ensinamentos. I. Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia. II. Reimer,
Ivoni Richter. III. Título.

CDU: 232.9(043.3)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 08 DE AGOSTO DE 2011 E APROVADA COM A NOTA 8,5 PELA BANCA
EXAMINADORA

1) Dra. Ivoni Richter Reimer / PUC Goiás (Presidente) 

2) Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Membro) 

3) Dr. Ronaldo de Paula Cavalcante / UMESP (Membro) 

DEDICATÓRIA

Ao meu inesquecível pai José Sudário Cardoso (in memoriam)., por suas costumeiras leituras bíblicas, que quase sempre vinham acompanhadas de comentários tão edificantes, por isso mesmo, inesquecíveis.

À minha querida mãezinha Antônia Geralda Cardoso (D. Diná), pelo apoio, incentivo e orações, que foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui.

Ao saudoso Mons. Lincoln Monteiro Barbosa, cujas aulas de Ensino Religioso foram de fundamental importância para que continuasse - aceso no meu coração - o desejo de conhecer e vivenciar os ensinamentos de Jesus já iniciados através de minha família.

E, a todas as pessoas que acreditam que um mundo melhor necessita da contribuição de cada um de nós e, por isso mesmo, colocam suas inteligências, vontades e ações a serviço da construção do Reino de Deus, aqui e agora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela inteligência, pela inspiração e pelos talentos a mim confiados.

Ao meu pai e à minha mãe, por tudo o que me proporcionaram e ensinaram, especialmente através do exemplo de trabalho, perseverança, honradez e fé.

Aos meus irmãos: Maria Lúcia, Regina, Tereza de Fátima, Ana Maria, José Sudário Filho (Zezé), Eduardo e Geraldo (in memoriam).

Aos demais familiares e amigos, pela presença e companhia sempre indispensáveis.

À prof. Dra. Ivoni Richter Reimer, pela competência, incentivo, apoio e orientação que foram fundamentais e determinantes na condução e finalização deste trabalho.

Ao prof. Dr. Valmor da Silva pela acolhida e disponibilidade para conversas, na pessoa de quem agradeço a todos os professores e professoras do Programa.

À secretária Geyza Pereira, pela presteza e eficiência demonstradas em todas as ocasiões em que a ela eu me dirigi.

Enfim, a todos os colegas do mestrado, pelas idéias compartilhadas, pelo aprendizado mútuo e pelas demonstrações de afeto e amizade, em especial à amiga Cida (Cidoka), pelo apoio e incentivo.

**Não tenhais medo! Abri as portas, melhor,
escancarai as portas a Cristo!**

(Papa João Paulo II)

RESUMO

CARDOSO, Maria José. *A espiritualidade que nasce da práxis libertadora de Jesus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

A presente pesquisa tem como objetivo aprofundar o conhecimento acerca da práxis libertadora de Jesus a partir de duas perícopes: Lc 4,14-21 e Mt 9,35-38. A Boa Nova trazida por Jesus consiste principalmente no anúncio do Reino de Deus aqui na terra, cuja instauração acontece de modo especial por meio da inclusão/promoção dos pobres e marginalizados da sociedade. Nesse contexto, percebe-se que Jesus foi profundamente movido pela espiritualidade judaica, centrada no seu “Abbá” (Pai), com quem mantinha laços de íntima ligação e sintonia (verticalidade), bem como pela manifestação da misericórdia e compaixão (horizontalidade) para com todas as pessoas que de alguma forma ou por algum motivo encontravam-se à margem da sociedade. Portanto, conhecer a práxis libertadora de Jesus, tendo como ponto de partida os Evangelhos, torna-se pré-requisito para a vivência de uma autêntica espiritualidade cristã hoje, o que inclui uma atenção especial para os pobres e marginalizados, bem como a relativização dos bens materiais em prol dos valores do Reino de Deus, que podem dar vida em abundância. Dessa forma, defende-se a premissa de que o despontar de uma autêntica espiritualidade cristã deve estar fundamentada na práxis libertadora de Jesus, que engloba tanto a ligação com o transcendente, como também a relacionalidade com as pessoas, lugar este, onde se evidencia realmente a concretude dos valores do Reino de Deus ensinados por Jesus.

Palavras-chave: Reino de Deus, práxis de Jesus, pobres e marginalizados, espiritualidade, evangelhos.

ABSTRACT

Cardoso, Maria Jose. *The spirituality that emerges from the liberating praxis of Jesus*. Dissertation (Masters in Science of Religion) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2011.

The present research has as an objective to go further in the knowing of the liberating praxis of Jesus, based on two passages: Lc 4 14- 21 and Mt 9, 35-38. The Good News brought by Jesus consists mainly on the announcement of the kingdom of God here on earth, whose instauration happens in a special way, by inclusion/promotion of the poor and marginalized of society. In this context, can see that Jesus was profoundly moved by the Jewish spirituality centered on it "Abba" (Father), with whom he maintained bonds of intimate connection and harmony (verticality), as well as by the manifestation of pity and compassion for everyone that in any way or for any reason, found themselves on the margin of society (horizontality). Therefore, knowing the liberating praxis of Jesus, while having the gospels as a starting point, is a prior condition to the living of an authentic Christian spirituality today, which includes a special attention to the poor and marginalized, as well as the relativization of material assets in favor of the values of God's kingdom, which may give life in abundance. Thus, defend the premises that the start of an authentic Christian spirituality must be founded on the liberating praxis of Jesus which encompasses the connection with the transcendent as well as the relationship with people; this is how we really evidence the conquest of the values of God's kingdom taught by Jesus.

Key words: kingdom of God, practice of Jesus, poor and marginalized, spirituality, gospels.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A PRÁXIS LIBERTADORA DE JESUS	13
2.1 A BOA NOVA ANUNCIADA POR JESUS (Lc 4,14-21)	14
2.2 A COLHEITA É GRANDE MAS OS OPERÁRIOS SÃO POUCOS (Mt 9, 35-38)	19
2.3 O REINO DE DEUS E O MOVIMENTO DE JESUS	21
2.4 A LOCALIZAÇÃO DO REINO DE DEUS	22
2.4.1 Algumas Características do Reino de Deus Trazidas por Jesus	26
2.4.1.1 Pobres, marginalizados e cativos como primícias do Reino de Deus	27
2.4.1.2 Questionamento de prestígio e <i>status</i> no movimento de Jesus	29
3 FUNDAMENTOS DA ESPIRITUALIDADE DE JESUS	33
3.1 FILHO DE DEUS E FILHO DO HOMEM	33
3.1.1 A Filiação De Jesus em Profunda Ligação com o Deus-Pai (verticalidade)	36
3.1.2 Retiro para a Oração e Oração Confiante	38
3.1.3 Vida e Poder no Espírito Santo	39
3.2 PREOCUPAÇÃO COM AS NECESSIDADES DO SER HUMANO (HORIZONTALIDADE)	41
3.2.1 Misericórdia e Compaixão dentro do Contexto Relacional práxis Libertadora de Jesus	44
3.3 VIVÊNCIA EM COMUNIDADE: JESUS CHAMOU HOMENS MULHERES PARA O SEU SEGUIMENTO	46
3.4 APRENDIZ E MESTRE: JESUS MANIFESTOU A SUA DIVINDADE	49
3.5 A ESPIRITUALIDADE DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS PARÁBOLAS DE JESUS	53
4 CONCEITUANDO A ESPIRITUALIDADE	57
4.1 A BÍBLIA COMO FUNDAMENTO PARA A ESPIRITUALIDADE	59

4.1.1 A Identidade e a Vida de quem Lê a Bíblia	64
4.1.2 A Religião como um Caminho para a Espiritualidade	65
4.2 ESPIRITUALIDADE CRISTÃ	70
4.2.1 Formas Históricas da Espiritualidade Cristã	71
4.2.1.1 Espiritualidade bíblico-meditativa	71
4.2.1.2 Espiritualidade da libertação	72
4.3 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ESPIRITUALIDADE DE JESUS PARA O NOSSO TEMPO	74
4.3.1 Resgatar a Opção Preferencial pelos Pobres e Marginalizados	77
4.3.2 Relativizar os Bens Terrenos em Prol dos Valores do Reino de Deus	79
4.4 O CAMINHO DA MÍSTICA	82
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como propósito conhecer os aspectos que compõem a espiritualidade de Jesus, tendo como base inicial os textos de Lc 4,14-21 e Mt 9,35-38. Essas duas perícopes são pontos de partida para o trabalho ora proposto nesta dissertação, sendo que o nosso objetivo é despertar para uma reflexão mais aprofundada sobre a espiritualidade cristã a partir da práxis libertadora de Jesus.

Para tanto, buscamos a contribuição de vários pesquisadores/as, que nos auxiliaram na compreensão dos assuntos para os quais estamos focando a nossa atenção, objeto da pesquisa, bem como outros textos bíblicos, que fazem referência a Jesus, sua práxis e ação libertadora, tentando assim, responder à pergunta principal a que nos propomos: Quais as principais características da espiritualidade de Jesus que serviram de fundamento para a sua práxis e ação libertadora?

Acredito que a motivação para a presente pesquisa teve início na minha infância. Lembro-me que era costume ouvir o meu pai ler a Bíblia em voz alta para a minha mãe, não que ela não soubesse ler, mas porque sentia imensa alegria em compartilhar a 'Palavra de Deus' e o que ele entendia a respeito dela.

Mais tarde, por volta dos 17 anos, além de participar ativamente das leituras dos Evangelhos e das partilhas com o meu pai, senti-me motivada para conhecer outros líderes religiosos, como Gandhi, Buda, Maomé, Santo Agostinho, entre outros. No entanto, minha atenção continuou voltada para Jesus de Nazaré, em especial, para a sua práxis e ação libertadoras. Desde então tenho intensificado as leituras e pesquisas no sentido de conhecer a vida e missão de Jesus, não somente para alimentar um saber especulativo, de cunho cultural, mas especialmente, para tentar colocar em prática os valores por ele ensinados. Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o assunto, nossa pesquisa tentará responder sobre quais eram as principais características da espiritualidade de Jesus, que a nosso ver, estavam profundamente vinculadas a sua práxis libertadora.

Vivemos em uma época de grandes mudanças em que o ser humano, em meio a todo aparato tecnológico e científico, corre de um lado para o outro em busca de algo que possa dar sentido ou ressignificar a sua existência. Nesses termos, entendemos que a presente pesquisa poderá contribuir para despertar uma reflexão mais aprofundada e substancial sobre a práxis libertadora de Jesus, que tornava evidente a fonte da sua espiritualidade, fundamentada nos textos e tradições sagradas judaicas.

Trabalhamos com a hipótese de que a vivência da espiritualidade cristã fundamentada na práxis libertadora de Jesus pode encontrar o seu espaço e ajudar na difícil tarefa de ressignificar todas as nossas relações, quer seja, dos seres humanos com o transcendente, dos seres humanos entre si, com a natureza e com todo o universo.

Visando a obtenção de um maior número de informações possíveis sobre o tema, bem como o aprimoramento de idéias, nossa pesquisa é do tipo exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos, ela é eminentemente bibliográfica e documental.

O desenvolvimento da presente pesquisa dar-se-á em três capítulos. No capítulo primeiro abordaremos a práxis libertadora de Jesus a partir de duas perícopes: Lc 4,14-21 e Mt 9,35-38. Ambos os textos retratam a Boa Nova anunciada e colocada em prática por Jesus em confronto com as estruturas sócio-econômicas e político-religiosas do seu tempo.

No segundo capítulo, trataremos dos fundamentos da espiritualidade de Jesus, considerando os seguintes aspectos: a sua filiação, profunda ligação com o seu “Abbá” (verticalidade), a prática da oração, a vida e poder no Espírito Santo. Num segundo momento, abordaremos a prática do ensino e da misericórdia como características de sua práxis e ação libertadoras.

No terceiro capítulo, levando-se em conta tempos e contextos atuais, serão apresentados alguns conceitos de espiritualidade, focalizando especialmente a espiritualidade cristã, bem como possíveis contribuições dessa forma de espiritualidade para o nosso tempo.

Pretendemos com esta pesquisa não só cumprir uma tarefa metodológica científica de interpretação textual e de análise discursiva, mas também promover e despertar uma reflexão sobre a espiritualidade cristã a partir da práxis libertadora de Jesus.

Assim sendo, acreditamos que esta pesquisa trará contribuições significativas para a comunidade acadêmica, por meio de interpretação de textos bíblicos que agreguem valores para a vivência da espiritualidade. Esta contribuição pode ser extensiva a todas as pessoas que queiram conhecer, aprofundar e colocar em prática os ensinamentos de Jesus, em especial sobre a sua espiritualidade e práxis libertadora.

2 A PRÁXIS LIBERTADORA DE JESUS

Conforme Mesters (2006, p.1) os estudos mostram e os evangelhos confirmam que Jesus vivia em uma época profundamente conflitiva, havia muitas tensões sociais (Mc 15,6; Mt 24,23-24) com repressão sangrenta que matava sem piedade (Lc 13,1). Gente explorada por um sistema injusto (Lc 22,25), com desemprego, empobrecimento e endividamento crescentes (Mt 6,12; 18,24. 28-34; Lc 16,5), conseqüentemente, fome, pobreza e muita doença.

Nesse cenário de conflitos repercutindo nos mais diversos níveis da vida da nação, podemos citar ainda:

As classes altas, comprometidas com os romanos na exploração do povo (Jo 11,47-48; Lc 20,47) e poderosos ricos que não se importavam com a pobreza dos irmãos (Lc 15,16; 16,20-21); e havia grupos de oposição aos romanos que se identificavam com as aspirações do povo (At 5,36-37); havia a religião oficial ambígua e opressora, organizada em torno da sinagoga e do templo (Mt 21,13; Mt 23,4.23-32); e havia a piedade confusa e resistente dos pobres com suas devoções, romarias e práticas seculares (Mt 11,25; 21,8-9; Lc 2,41; 21,2). Numa palavra, havia conflitos nos vários níveis da vida da nação: econômico, social, político, ideológico, religioso (MESTERS, 2006, p. 1).

Diante desse contexto, Jesus não ficou indiferente, mas tomou posição. Assim, através da sua atitude, a Boa Nova do Reino de Deus se fez presente na vida do povo. O anúncio dessa Boa Nova é antes de tudo, uma nova prática, fruto da experiência que Jesus tinha com o “Abba”- Pai e que o levava a tomar determinadas atitudes.

Neste capítulo serão contempladas, de modo especial, duas perícopes; Lc 4,14-21 e Mt 9,35-38. A primeira delas remete-nos a Is 61,1-2, que na verdade, representa o prenúncio da Boa Nova do Reino de Deus anunciada por Jesus. A segunda perícopa mostra que Jesus não somente dá continuidade à sua ação evangelizadora, como também, sente-se incomodado com a situação de opressão e dominação por parte dos romanos. Nesse contexto de abandono e miséria, Jesus anuncia a Boa Nova do Reino de Deus, bem como

manifesta a sua misericórdia, que são intrínsecas à sua práxis e ação libertadora.

2.1 A BOA NOVA ANUNCIADA POR JESUS (Lc 4,14-21)

Esta passagem de Lc 4,14-21 torna evidente que Jesus movido pela força do Espírito Santo anunciava a Boa Nova do Reino de Deus, ensinava e cumpria as tradições judaicas:

Jesus voltou para a Galiléia, com a força do Espírito, e sua fama se espalhou por toda a região. Ele ensinava nas sinagogas deles, e todos o elogiavam. Foi então a Nazaré, onde se tinha criado. Conforme seu costume, no dia de sábado, foi à sinagoga e levantou-se para fazer a leitura. Deram-lhe o livro do profeta Isaías. Abrindo o livro encontrou o lugar onde está escrito:

“O espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano aceito da parte do Senhor”. Depois fechou o livro, entregou-o ao ajudante e sentou-se.

Os olhos de todos, na sinagoga, estavam fixos nele. Então, começou a dizer-lhes: “Hoje se cumpriu esta passagem da escritura que acabaste de ouvir” (Lc 4,14-21).

De acordo com Reimer e Richter Reimer (1999, p.118-19), a citação feita em Lc 4,18-19, com base em textos veterotestamentários, não é completa nem literal. O Evangelho de Lucas apresenta uma composição de textos sagrados, relacionando-os à sua realidade. Assim, assumimos a tradução de Is 61,1-2, conforme a LXX, apresentada pelos autores:

O espírito do Senhor (está) sobre mim por causa do qual me ungiu; para anunciar a Boa Nova às pessoas pobres ele me enviou, para curar as pessoas que estão com o coração abatido para proclamar remissão/libertação (*áfesis*) às pessoas cativas e restauração de vista para as pessoas cegas, para anunciar um ano agradável ao Senhor e um dia de vingança para consolar todas as pessoas enlutadas.

A tradução da versão hebraica em Is 61,1-2 consta como:

O espírito do meu Senhor está sobre mim, porque o Senhor me ungiu. Para proclamar alegria às pessoas pobres ele me enviou, para anunciar uma libertação para as pessoas cativas,

para pessoas amarradas, o desatar de suas amarras; proclamar um ano agradável para o Senhor, um dia de vingança para nosso Deus, para consolar todas as pessoas enlutadas.

Por fim, vejamos a tradução do texto grego em Lc 4,18-19, proposta por Reimer e Richter Reimer (1999, p.117):

O espírito do Senhor (está) sobre mim por causa do qual me ungiu para anunciar a Boa Nova às pessoas pobres ele me enviou, para curar as pessoas que estão com o coração abatido para proclamar remissão/libertação (átesis) às pessoas cativas e restauração de vista às pessoas cegas, para enviar as pessoas oprimidas em liberdade/remissão (átesis) para proclamar um ano agradável ao Senhor.

Em Lc 4,18-19, o termo *átesis* é usado nesse contexto como enunciado de libertação e está relacionado com o “ano da graça” proposto por Dt 15. O conceito é uma forma de Deus manifestar-se na história, nas relações sócio-econômicas, no sentido de libertar e perdoar.

Para a realização desse novo tempo de graça, Jesus também conclama a uma profunda transformação de pessoas ricas e detentoras do poder:

Nisso está incluída uma nova relação com o dinheiro: além de perdoar as dívidas (Lc 11,14), deve-se evitar o acúmulo do dinheiro (Lc 12,13-21); o dinheiro deve estar a serviço da vida (Lc 10, 35) [...]. Os bens devem ser usados para aliviar os sofrimentos das pessoas empobrecidas (Lc 18,22; 19,8). E quanto a dinheiro roubado... melhor é devolvê-lo quaduplicado (Lc 19,8)! (REIMER e RICHTER REIMER, 1999, p. 122).

Após Jesus ter lido a passagem, o povo na sinagoga, além de “manter os olhos fixos nele”, esperava por sua interpretação, visto que esse mesmo povo aguardava por um tempo de graça e de reconstrução da esperança, como afirmam Reimer e Richter Reimer (1999 p. 121):

Jesus faz a releitura e atualização da tradição jubilar para dentro de seu tempo. O cumprimento da escritura está vinculado com a abertura de um novo tempo. Não se trata apenas de respeitar tempos e épocas. Trata-se de declarar o HOJE como tempo da salvação, da remissão e libertação. Também nisso, consistem a novidade e a radicalidade de Jesus.

Há que se considerar que quando Jesus fez a leitura profética na sinagoga em Nazaré, passaram-se séculos desde a fixação por escrito das tradições judaicas proféticas e jubilares. Mas elas ainda continuavam vivas e presentes no tempo de Jesus, justamente pela leitura e releitura desses textos sagrados na vida e na liturgia do povo. São tradições que vêm do tempo pós-exílico para o tempo de Jesus e das comunidades cristãs influenciadas, no caso, por Lucas.

Além da dominação e ocupação romanas, o tempo de Jesus era também marcado por estruturas de poder das elites sacerdotais e econômicas judaicas, que sobrecarregavam o povo com altas taxas de tributos. Conseqüentemente, esse sistema imposto pelos poderosos de Roma, além de fazer aumentar o número de escravos e escravas, fez surgir também, uma classe de pessoas endividadas e oprimidas:

Uma prática que havia sido estipulada como legal pelos donos do poder era que famílias endividadas entregassem filhas à escravidão - muitas vezes também ligada à prostituição! – como pagamento total ou parcial de dívidas. A prisão (da pessoa que deve ou de alguém que pertence à sua família) e a tortura por falta de pagamento de dívidas eram outra medida adotada pelos detentores do poder econômico e político (REIMER e RICHTER REIMER, 1999, p.119).

As guerras eram um dos outros motivos para o endividamento de toda uma população sob a expansão do Império Romano. Os povos e regiões subjogados tinham que pagar indenizações pelos gastos que Roma tinha com a guerra. Dessa forma: “Os maiores fatores para o crescente empobrecimento da população no tempo de Jesus eram as dívidas, os impostos e as guerras” (REIMER e RICHTER REIMER, 1999, p. 121).

Dentro deste contexto, as pessoas pobres, cativas, cegas, doentes e oprimidas aparecem como centro no texto lido por Jesus na sinagoga, uma vez que toda ação de Jesus foi direcionada às pessoas que por algum motivo viviam à margem da sociedade. Nesse sentido, a práxis de Jesus em Lc 4,16-30 é entendida como ‘programática’, visto que,

[...] faz parte do programa de Jesus atuar profeticamente em favor da libertação dessas pessoas que são marginalizadas e excluídas do sistema e dos valores dominantes. Por isso, resgatar tradições jubilares para dentro dessa situação faz parte do ministério profético de Jesus que estará também em oposição às elites sacerdotais do seu povo. Resgatar essas tradições coloca Jesus dentro das expectativas libertárias do povo, pois existe um grande desejo e necessidade de libertação (REIMER e RICHTER REIMER, 1999, p. 122).

O ambiente onde Jesus fez a leitura (sinagoga) é de suma expectativa, uma vez que o povo esperava que ele se pronunciasse publicamente em prol da causa nacionalista e que se pusesse do lado dos fanáticos. Mas Jesus ao receber do responsável pela sinagoga o rolo do livro do profeta Isaías leu a passagem onde se fala sem circunlóquios da mudança histórica que o Messias devia levar a cabo em favor de Israel e contra as nações pagãs opressoras (RIUS-CAMPS, 1995, p. 72).

O autor chama a atenção para o fato de que Jesus lê em voz alta a passagem, mas interrompe a leitura final de um versículo, silenciando o outro que todos esperavam. O texto de Isaías dizia: “O espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu... para proclamar um ano de graça do Senhor e o dia da vingança (de Deus)”. Dessa forma, Jesus teria proclamado que:

A profecia acaba de se cumprir em sua pessoa (4,21: “hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura”) e centra sua homilia na inauguração do Ano Santo por excelência, “o ano da graça do Senhor”, mas omite qualquer referência à vingança/castigo contra o império romano opressor. Daí que “todos estranhavam que mencionasse somente as palavras sobre a graça” (RIUS-CAMPS, 1995, p.73).

Continuando nossa fundamentação no autor acima citado, a maneira de Jesus falar, “recusando fazer seus os ideais político-religiosos do povo, que era obrigado a pagar enormes impostos de guerra e submetido à vassalagem das tropas de ocupação, não parece em nada – dizem – com seu pai” (RIUS-CAMPS, 1995, p. 73). Isso fica bastante evidente em Lc, 4,22: “Não é este o filho de José?”

Na intenção de Lucas, o texto lido por Jesus na sinagoga é verdadeiramente o manifesto de cumprimento da salvação prometida por Deus, presente na pessoa de Jesus, com características diferenciadas, visto que ele:

Não se submete aos critérios utilitários e estreitos de seus conterrâneos; o horizonte de Jesus é mais amplo, coincide com o estilo de Deus, que salva os de fora. Por essa sua posição Jesus se arrisca a ser linchado pelos seus. Isto é um aviso a respeito do resultado final de sua caminhada. [...] Jesus deixa de lado as sutilezas dos comentários habituais, que se inspiram nos rabinos, e vai diretamente à intenção do anúncio profético. Hoje, tão certo quanto vocês escutam, este anúncio de libertação para os oprimidos, esta boa nova para os pobres, é uma realidade! Acabou o tempo das palavras, diz em substância Jesus, o tempo das esperas ou promessas adiadas ou renovadas; aqui e agora se inicia o cumprimento (FABRIS e MAGGIONI, 1998, p. 59).

Assim, podemos afirmar que o anúncio de Jesus realmente trouxe uma boa nova, uma vez que, além de oferecer aquilo que proclamou, os seus patrícios compreenderam também que a sua mensagem não se tratava de rotineiras frases de propaganda religiosa ou das piedosas elucubrações de consolações: “Eles ficam entusiasmados com um discurso que torna patente o amor gratuito de Deus, faz intuir a força histórica nova desta realidade”, afirmam Fabris e Maggioni (1998, p. 60).

Desse modo, a Boa Nova do Reino se encarna na convivência humana e revela uma nova visão das coisas, um novo ponto de partida. Os valores básicos dessa nova ordem aparecem encarnados na pequena comunidade itinerante que se formou em torno de Jesus. Mesters (2006, p. 3), destaca alguns deles:

Partilha dos bens ou caixa comum (Jo 13,29); igualdade básica de todos: “Vocês todos são irmãos” (Mt 23,8-10); poder como serviço: “Quem quiser ser o primeiro seja o servidor de todos” (Mc 9,35; Mt 20,24-28; Jo 13,14; Mt 23,11); convivência amiga a ponto de não ter mais segredos (Jo 15,15); novo relacionamento homem-mulher (Mt 19,1-9).

Esses pontos nos dão uma idéia de como era a prática evangelizadora de Jesus. Nela se revela a experiência que ele

mesmo tinha de “Abba”- Pai, ou seja, através dos gestos e atitudes de Jesus, o povo pode perceber claramente o rosto misericordioso e compassivo de Deus. Dessa forma, através da prática libertadora e acolhedora de Jesus, Deus se tornou realmente uma Boa Nova para o povo.

2.2 A COLHEITA É GRANDE, MAS OS TRABALHADORES SÃO POUCOS (Mt 9,35-38)

A Boa Nova anunciada por Jesus na sinagoga de Nazaré – do ponto de vista ‘cronológico’ é tida como ‘inaugural’, mas como se pode ver nesta segunda perícope da nossa pesquisa, a Boa Nova anunciada é colocada em prática através de sua ação itinerante/evangelizadora:

Jesus percorria todas as cidades e aldeias ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda enfermidade e doença. Vendo o povo, sentiu compaixão dele porque estava fatigado prostrado como ovelhas sem pastor. Então disse a seus discípulos: “A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos. Pedi, pois, ao senhor da plantação que mande trabalhadores para a colheita” (Mt 9,35-38).

Lancellotti (1980, p. 101) diz que este trecho demonstra um olhar panorâmico e sintético sobre a atividade e missão de Jesus, ou seja:

Realça a necessidade de que muitos “operários” sejam enviados por Deus à “vinha” evangélica [...] a expressão ovelhas sem pastor: a imagem é bem conhecida no Antigo Testamento, especialmente nos profetas Jeremias (cf. Jr 23) e Ezequiel (cf. Ez 34). [No vs] 37, a colheita é grande: uma nova imagem bíblica, relacionada com o “cumprimento dos tempos” (cf. Jl 4,12-13). Esse cumprimento já se iniciou com o Messias; ele é enviado pelo Pai celeste para limpar a sua eira e recolher o trigo ao celeiro. Mas nessa obra quer associar a si colaboradores no maior número possível. Para tanto é mister insistir junto ao “senhor da messe” que envie muitos operários.

Para Carter (2002, p. 302-303), essa passagem de Mt 9,35-38 proporciona uma retrospectiva e antecipação do capítulo 10, que estabelece uma grande urgência de expandir o ministério de Jesus por

meio de outros ‘operários’. Portanto, esses versículos resumem os capítulos 8-9 e 4,23-35 para sublinhar Jesus realizando a missão dada por Deus entre os marginalizados e excluídos.

Mt 9,35 repete o resumo do ministério tríplice de Jesus (ensino, pregação e cura). Já o versículo 36 destaca que

Jesus vendo as “multidões teve compaixão delas porque estavam como acossadas e indefesas.” Ter compaixão (Lc 14,14; 15,32; 18,27; 20,34) deriva das “entranhas”, ou “abdômen”, o local da ação carinhosa, misericordiosa. [...] Assim, Jesus expressa a misericórdia de Deus em seus atos (CARTER, 2002, p. 302).

Segundo o mesmo autor acima referenciado, a expressão “acossada” pode significar esfolar ou espoliar, violência e roubo. “Indefesa” pode significar abatida e resignada, amiúde em contextos violentos, incluindo abandono (Gn 21,15; 37,20,24). Jesus vê gente que está oprimida, pisada, esmagada. Dessa forma, “os contextos histórico e literário indicam Roma e a elite religiosa como aqueles que infringem abusos sociais, econômicos, políticos e religiosos com desgoverno” (CARTER, 2002, p. 303).

A imagem desta passagem também transparece em Ez 34, em que Deus ataca os falsos pastores que se ocupam deles mesmos e descuidam das ovelhas (povo) privando-as de alimento e vestuário, não socorrem a fraca, não curam a enferma, não tratam a ferida, não buscam a perdida (34,2-4). Assim, conforme Carter (2002, p. 303), por meio de Jesus, “Deus se encarregará delas, as livrará das nações (Roma) e proverá alimento, justiça, segurança, saúde, força e um pastor davídico (34,8-31). Tal é o ministério de Jesus”.

Para a expressão “A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos” (Mt 9,37), Carter (2002, p. 303) afirma que:

O ministério de Jesus, a manifestação do poder salvífico de Deus que justifica ou condena, é limitado em sua extensão. Uns poucos operários/trabalhadores (10,10) o entenderão. Para os poucos como a comunidade minoritária e marginal dos discípulos, em contramarcha e em tensão com seu contexto social, ver 7,14.

Para a petição “Pedi, pois, ao senhor da plantação que mande trabalhadores para a colheita” (Mt 9,38), Carter (2002) ressalta que a atitude de Jesus não é de desespero, mas oração, visto que tanto a existência da comunidade como a natureza missionária resultam da resposta de Deus ratificada por Jesus. Chegará o momento em que Jesus convocará e enviará seus próprios discípulos neste mesmo campo de missão.

2.3 O REINO DE DEUS E O MOVIMENTO DE JESUS

De acordo com Richter Reimer (2009), o movimento de Jesus é reconhecido como movimento de renovação intrajudaico, assim como o movimento de João Batista e de outros naquele tempo:

Como tal, agregou homens, mulheres e crianças que buscavam ver/dar sentido à sua vida ou resignificá-la, sejam elas pessoas doentes, empobrecidas e excluídas ou também enriquecidas às custas de outras pessoas como Zaqueu (Lc 19, 1-10). Seja por causa de ensino ou de curas, de comissionamento ou de gratuidade compassiva, as pessoas que vivenciavam a *práxis* libertadora de Jesus [...] passavam a comprometer-se com o projeto de vida/Reino de Deus apresentado e concretizado por Jesus e a viver sua espiritualidade na itinerância do serviço deste Reino de amor e justiça, em aldeias e cidades (RICHTER REIMER, 2009, p. 24).

Referenciando ainda ao artigo acima citado, Richter Reimer (2009) afirma que no caminho e na construção desse Reino, as pessoas presenciaram, na experiência de Jesus, os riscos de tal dedicação, consagração e compromisso. Desta forma, os conflitos com a elite religiosa interna, bem como os conflitos com os representantes políticos externos e seus funcionários vassalados do próprio governo, logo se evidenciaram como perseguição, tortura e morte não só para o líder do movimento, como também para todos os seus adeptos (mulheres, homens e crianças).

Pelo que lemos nos textos sagrados, Jesus não apenas chamava pessoas para acompanhá-lo, mais do que isso, através de sua espiritualidade manifestada por meio de gestos e palavras

despertava nelas o desejo de segui-lo após vivenciarem sua *práxis* libertadora no campo da saúde, da educação e da religião em si. Mulheres, homens e crianças aderiam à proposta de colocar a sua vida – ressignificada pela compaixão e justiça experienciadas junto a Jesus - a serviço da construção do Reino de Deus que se fez presente. A experiência da aceitação, acolhida, da auto-estima e da dignidade (re)construídas por e com Jesus, bem como do compromisso firmado a partir desta experiência, são os elementos fundantes no movimento cristão originário que dá continuidade aos processos libertários desencadeados por Jesus (RICHTER REIMER, 2009, p. 24-25).

Desse modo, podemos dizer que o seguimento de Jesus pressupõe um continuado processo educativo teológico, que inclui a conversão e a mudança de vida como condições essenciais e indispensáveis para participar do Reino de Deus, cuja localização será abordada no próximo item.

2.4 A LOCALIZAÇÃO DO REINO DE DEUS

De acordo com Allgayer (1994, p. 123), entre os teólogos não há consenso quanto à exata caracterização e localização do Reino anunciado por Jesus. Inclusive, apresentam posições totalmente opostas. Para alguns, o Reino vai acontecer de acordo com um plano pré-estabelecido por Deus e anunciado pelos profetas, ou seja, obra exclusiva de Deus, dispensando a participação humana. Para outros, é indispensável a participação humana, ou seja, o Reino de Deus só acontecerá se os homens o construírem.

Há ainda uma terceira posição que deve ser do agrado de cristãos propensos a uma religiosidade intimista e desligada da historicidade. Com base na declaração de Jesus – o “Reino de Deus já está no meio de vós” (Lc 17,21),

representantes da teologia liberal do século passado sustentavam que o Reino efetivamente acontece no interior do ser humano. Tal concepção assenta numa exegese equivocada do texto de Lucas, a partir do radical grego *entos*, que tanto pode significar dentro de, como em meio a. Para V. Harnack, o Reino de Deus seria a união da alma com Deus. Assim sendo, as coisas “externas” do mundo e a dimensão escatológica não deveriam angustiar o homem de fé. (ALLGAYER, 1994, p. 123-24)

Sobre esta passagem de Lc 4,17,21, Nolan (1987) faz questão de afirmar que durante séculos, por um erro de tradução, muitos cristãos têm sido enganados a respeito da natureza do Reino de Deus. No entanto, atualmente todos os exegetas e tradutores sérios, concordam que o correto deve ser: “O Reino de Deus está entre vós ou no meio de vós”. Considerando que a palavra grega *en tos* pode significar “dentro” ou “entre”, nesse contexto,

traduzi-la por “dentro” significaria que, em resposta à pergunta dos fariseus sobre quando viria o Reino de Deus (Lc 17,20), Jesus lhes teria dito que o reino de Deus estava dentro *deles*! Isso estaria em contradição com tudo mais que Jesus havia dito a respeito do reino ou dos fariseus. Além do mais, já que todas as outras referências do reino pressupõem que ainda está por vir, e já o verbo, em todas as outras frases desta passagem (17,20-37) está no futuro, este versículo deve ser entendido no sentido de que um dia eles vão descobrir que o reino de Deus, súbita e inesperadamente, está no meio deles (NOLAN, 1987, p. 74).

De acordo com o autor acima citado, por detrás da expressão “Reino de Deus”, utilizada por Jesus, existe uma imagem visual. De tal modo, que o Reino de Deus como qualquer outro reino, não pode estar no interior do homem, mas é um lugar dentro do qual uma pessoa pode viver. Isso está bem caracterizado em algumas passagens bíblicas, como por exemplo, quando Jesus fala do povo que entra ou que se recusa a entrar no reino: (Mt 5,20;7,21;18,3;21,31;23,13), ou ainda, o reino tem uma porta ou um portão (Mt 7,7-8 par; 25,10-12 par), no qual se pode bater (Mt 7,7-8 par; 25,10-12 par), que também tem chaves (Mt 16,19; Lc 11,52), e pode ser trancado (Mt 23,13; Lc 13,25). Assim sendo a imagem visual que está por trás dessas descrições, é a de uma casa ou cidade rodeada de muros (NOLAN, 1987, p. 74-75).

Essa perspectiva de localização do reino não permite dúvidas sobre aquilo que Jesus tinha em mente, ou seja, uma sociedade estruturada aqui na terra, afirma Nolan (1987, p. 75).

A presença do Reino de Deus não deixa a pessoa na passividade ou inatividade, mas proporciona um engajamento, de forma concreta, a fim de que haja correspondência entre as palavras e ações. Desse

modo, há realmente o crescimento do Reino Deus, “não como fruto da iniciativa humana, nem como processo evolutivo, mas como adesão, adequação das pessoas e do mundo ao Reino que em Jesus já veio” (BRAKEMEIER, 1984, p. 49).

Assim, a presença do Reino seria resultado da obra de Deus e engajamento humano, sendo que as duas partes são indispensáveis para a construção da *polis* fraterna morável e acolhedora, ou seja,

tarefa do cristão a ser desempenhada por ele segundo o plano de Deus. E o será em cooperação com todos os homens. Contudo, seria lamentável reducionismo circunscrever o projeto de construção do Reino a um humanismo imanentista, despreocupado com a transcendência. A transcendência é que dá ao Reino a sua dimensão definitiva. [...] A transcendência irrompe da imanência. Um Che Guevara retamente intencionado na luta contra a espoliação dos pobres, mesmo que não saiba, promove o Reino que uns e outros desejamos. As obras em sua concretude, dão sinal do Reino (ALLGAYER, 1994, p. 124).

Nesse contexto, vale lembrar que para informar a João que o Messias tinha chegado Jesus fala das características de sua práxis libertadora: “Os cegos veem, paráliticos andam, leprosos são purificados, surdos ouvem, mortos ressuscitam e a pobres se anuncia a Boa-Nova do Reino” (Lc 7,22). Assim fica evidente, que o Reino de Deus não é ‘coisa do outro mundo’, mas acontece na concretude da realidade, na qual todos os seres humanos - aqui e agora – podem ser co-participantes e beneficiários.

Embora no Novo Testamento não haja uma definição clara e direta a respeito do Reino de Deus, por meio dos Evangelhos percebemos que esse “Reino” é uma das mensagens centrais anunciadas por Jesus, sobre a qual falava como

uma realidade conhecida, que está próxima e já presente na realidade [histórica e nas pessoas, mas que também continua aberta para o futuro. [...] Nos diálogos de Jesus com seus discípulos transparece quem participa dessa realidade, quais exigências e as condições necessárias para esta participação, bem como quem está excluído da mesma (REIMER e RICHTER REIMER, 2008, p. 857).

Conforme os autores acima citados permanece impossível querer encerrar o Reino de Deus numa definição. Contudo, faz-se necessário enfatizar alguns

aspectos, determinadas situações temáticas e gêneros literários contidos no Novo Testamento que servem de referência e podem nos ajudar a perceber melhor as algumas características desse Reino, como por exemplo:

as *parábolas* são o lugar preferencial para Jesus falar a respeito do Reino de Deus. Aqui se expressa o *semear* como sinal de que o Reino de Deus é uma *dádiva* que, em medidas pequenas, é colocada como graça em meio a situações conflitivas e difíceis; ela cresce e se torna frutífera (Mc 4.26-29,30-32/Lc 13.18/Mt 13.31,24-30). Nessa dinâmica, são destacados dois aspectos relevantes: o *trabalho* da sementeira e da colheita são necessários para que a dádiva chegue a transformar-se em vida; o *descanso* e o *ficar observando* também são relevantes, pois o poder da dádiva é que possibilita o que virá. O mesmo também vale para a parábola do *fermento* (Lc 13.20/Mt 13.33). Como dádiva que quer tornar-se verdade enquanto *prioridade* na vida, o Reino de Deus também é comparado com o tesouro e com a pérola (Mt 13,44-55). Para tomar posse deles, todo o resto é vendido. Além disto, é contado que no Reino de Deus encontram-se o bem e o mal, até o dia do grande juízo (Mt 13,24-30,47-50) (REIMER e RICHTER REIMER, 2008, p. 857).

Reimer e Richter Reimer (2008) afirmam ainda que a expressão escatológica presente nas parábolas também aparece em Mt 18,23-35; 20,1-16; 22,2-14, onde a prática da justiça e da misericórdia é o tema central juntamente com o desafio de dar preferência ao Reino de Deus diante de outros compromissos. Assim,

onde se exige esta prioridade, a *disponibilidade* da pessoa está pressuposta: a pessoa precisa estar disposta a participar do Reino de Deus (Mt 25.1-12; Lc 29-36). [Além disso] o Reino de Deus precisa ser anunciado (Lc 4.43 deve ser lido no contexto de 4.17-21; 8.1; 9.11,60; 10.2; 16.16 e também At 8.12; 28.31; e uma vez em Mt 10.7) e, nisso palavra e ação precisam estar interligados no trabalho missionário. Anuncia-se um novo tempo de justiça para as pessoas empobrecidas, doentes, marginalizadas; quer se concretizar o jubileu proposto na *Torá* (REIMER e RICHTER REIMER, 2008, p. 857-58).

Cabe destacar ainda que o Reino de Deus é uma experiência pessoal e uma realidade que a tudo abarca, mas que de modo algum, compactua com as injustiças e com os mecanismos de discriminação. Pelo contrário, acolhe crianças, mulheres e homens de forma igualitária e capacita estas pessoas para atuarem como sujeitos de uma nova história, na qual a justiça solidária impera em favor da vida de todas as formas (REIMER e RICHTER REIMER, 2008, p. 858-59).

Por meio das pesquisas realizadas até aqui, fica evidente que no tempo de Jesus havia muitas divisões, mantidas em nome de Deus pela própria religião oficial

que contradiziam a vontade do Pai. Jesus, no entanto, teve a coragem de criticar essas divisões e, principalmente, de combatê-las, através da sua maneira de viver e de agir, entre as quais podemos citar:

as divisões entre próximo e não-próximo (Lc 10,29-37), entre santo e pecador (Mc 2,15-17), entre puro e impuro (Mc 7,1-23), entre judeu e estrangeiro (Mt 15,21-28).

Condenando estas divisões, Jesus relativizava e sacudia as pilastras do sistema religioso: o templo, o sábado, as obras santas (jejum, esmola, oração), a pureza legal. Sua prática evangelizadora incomodava profundamente os homens do poder (MESTERS, 2006, p. 2).

Assim sendo, a adesão ao Reino de Deus exigiu no tempo de Jesus e continua exigindo hoje, não somente uma tomada de decisão, mas principalmente uma postura diferenciada, autêntica e compromissada com os valores inerentes a esse Reino, cujas características encontram-se bastante evidenciadas dentro do movimento de Jesus.

2.4.1 Algumas Características do Reino de Deus Trazidas por Jesus

Pelos textos lidos e apresentados, Jesus tinha consciência acerca da realidade de sua época, de forma que a sua práxis e proposta jubilar permeavam os seus ensinamentos, deixando claros os fundamentos do Reino de Deus.

Dessa forma, podemos perceber que o ministério de Jesus engloba tudo o que ele fez e disse. Para isso ele se orienta pela vontade de Deus para a realização do seu ministério. Como seguidor das tradições judaicas, ele cumpre a Torá e não quer que ela seja invalidada ou violada, porque “o seu objetivo é evitar ou amenizar a marginalização ou exclusão sociais, desumanização, a escravidão, a idolatria e a coisificação da criação de Deus” (REIMER e RICHTER REIMER, 1999, p.113).

Theissen (1989, p. 143), por sua vez, ressalta que o movimento de Jesus, além de ser um movimento de renovação intrajudaico que se dirigia a todas as comunidades judaicas, originalmente, não pretendia formar grupos separados do judaísmo, portanto, pode levar a equívocos

falar de comunidades protocristãs bem nos primórdios do cristianismo, visto que

[os] portadores daquilo que mais tarde se configurou como “cristianismo” eram antes, missionários, apóstolos e profetas itinerantes, que podiam contar com pequenos grupos de simpatizantes em diversas localidades.

Vale ressaltar, como já visto no início deste capítulo, que o movimento de Jesus não era o único movimento de renovação intrajudaico que se distinguia por um comportamento social marcadamente divergente. Naquela época, havia várias outras opções para quem renunciava à sua existência social pregressa para adotar outra forma de vida: podiam tornar-se mendigos, salteadores, guerrilheiros, essênios – ou então apóstolos, profetas e missionários (THEISSEN, 1989, p. 143).

Outra característica importante do Movimento de Jesus é quanto à localidade onde se desenvolveu, ou seja, estava enraizado no meio rural/interiorano da Palestina habitada, cujo contexto está bem representado no mundo de suas parábolas. (THEISSEN, 1989, p. 147).

2.4.1.1 Pobres, marginalizados e cativos como primícias do Reino de Deus

No projeto de Jesus os pobres vêm antes dos ‘fiéis’. Os perdidos deste mundo, os coxos-manetas-cegos, os pecadores e expulsos têm uma dignidade primária que está acima da própria dignidade e da vida da Igreja oficial (da sua estrutura e hierarquia posteriores). Pikaza (1995, p. 135-36) relaciona algumas características dos primeiros chamados por Jesus que formam o ponto de partida de sua Igreja:

- Os pobres em sentido material, aqueles que não podem dispor de bens deste mundo, conforme a primeira bem-aventurança (Lc 6,20-21). Os primeiros na igreja são, portanto, os famintos e com eles os enfermos.
- Os que choram, ou seja, todos aqueles que estão tristes e aflitos; os que não podem achar consolação neste mundo, os que vivem à beira do pranto e da loucura, conforme a segunda bem-aventurança (Lc 6,21).
- Os oprimidos, isto é, aqueles que estão sob o império dos grandes deste mundo. Os humilhados da terra, os marginalizados da cultura, os expulsos do

sistema social de dignidade etc. Assim fica assinalado no cântico de Maria (Lc 1,52), bem como em Mt 25,31-46.

- Os pecadores, na linha apresentada acima: quer dizer, todos aqueles que foram expulsos do espaço sacro israelita, de maneira que podem sequer receber a consolação de saber que são importantes, donos de suas vidas e de seu futuro no mundo.
- Há outros marginalizados que devíamos fixar com atenção. Entre eles podem estar os soldados de um exército de ocupação que são objeto do ódio dos homens e mulheres da terra (cf. Mt 8,5-13); talvez aqui possamos incluir as crianças e mulheres que, aparecem como seres de menor importância (cf. Mt 14,21 par.; Mc 9,33-37; 10,13-16), etc.

Nessa mesma linha, Allgayer (1994, p. 76) enfatiza a preferência de Jesus pelos pobres, que como tais, somam-se os cegos, os prisioneiros, os oprimidos em geral, mencionados no 'discurso-programa' de Jesus na sinagoga de Nazaré (Lc 4,16-21). Todos esses marginalizados e carentes irão compor o tribunal em que o Filho do Homem ratifica a sua decisão de identificar-se com cada um deles (famintos, nus, doentes, encarcerados, estrangeiros etc.) que estão à margem do caminho e da sociedade (Mt 25,31-46).

Para os que viviam à margem da organização social daquele tempo, Jesus tinha sempre uma palavra, um gesto de compreensão e acolhida. De tal modo, que a maior parte do tempo de sua missão itinerante foi dedicada a aqueles e aquelas que não tinham um lugar dentro do sistema social e religioso da época, conforme destaca Mesters (1995, p. 72):

Ele Vive misturado com as pessoas que eram consideradas impuras: publicanos, pecadores, prostitutas, leprosos (Mt 9,10-13; Lc 5,12-16; Lc 7, 37). Reconhece a riqueza e o valor que os pobres possuem (Mt 11,25-26; Lc 21,1-4). Proclama-os felizes, porque o Reino é deles, dos pobres (Lc 6,20; Mt 5,3). Define sua missão como "anunciar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4,18). Ele mesmo vive como pobre. Não possui nada para si, nem mesmo uma pedra para reclinar a cabeça (Lc 9,58).

Percebe-se assim, que Jesus não procurou os grandes aos olhos do mundo e que teriam poder para ajudá-lo com a força das armas, do poder político, ou da ciência. Pelo contrário, saiu pelas ruas da terra (Lc 14,15-24) a procura dos caídos e prostrados (Mt 9,35-38), entre eles os enfermos e impotentes. Com este grupo de pessoas

marginalizadas e expulsas do sistema, Jesus inicia o caminho do Reino e a edificação de sua igreja:

Aqui distinguimos Jesus de outros profetas daquele tempo que também iniciaram uma tarefa e missão de messianismo. Os *zelotes* procuravam os fortes, para iniciar com eles a grande revolta militar; os *sacerdotes* obtinham a ajuda dos grandes poderes do mundo, para manter a sua ordem sacra estabelecida; os *fariseus* insistiam na pureza da lei, que pode conservar os fiéis ímpolutos dentro deste mundo corrupto; os *apocalípticos* queriam congregar os restantes escolhidos para o tempo do grande julgamento que estava próximo (PIKAZA, 1995, p. 136-37).

Continuando nossa fundamentação em Pikaza (1995, p. 137), Jesus num gesto de acolhida universal para os perdidos da terra, escolhe como destinatários do seu Reino, os últimos do mundo. Esses, além de formar a sua família, constituem o objeto de vida dele (Lc 8,21). Por isso mesmo, antes da igreja como estrutura organizada de discípulos, eleva-se a igreja dos pobres formada pelos irmãos e irmãs de Jesus, destinatários do seu reino.

2.4.1.2 Questionamento de prestígio e *status* no movimento de Jesus

No tempo em que Jesus vivia, o valor predominante era o prestígio, depois, vinha o dinheiro. A sociedade estava estruturada de tal modo que cada um tinha seu lugar na escala social e tudo o que era dito ou feito levava em conta o *status* das pessoas em questão. As pessoas viviam da honra e do respeito que os outros lhes conferiam, além disso, continua Nolan (1987, p. 84):

O status e o prestígio eram baseados nos antepassados, no dinheiro, na autoridade, na educação e na virtude. Eram demonstrados e mantidos pela maneira como as pessoas se vestiam, como os outros se dirigiam a elas, quem as recebia em sua casa, quem as convidava para comer, e pelo lugar que ocupavam nos banquetes ou onde se sentavam nas sinagogas.

Mesmo os judeus mais severos e fanáticos, como os de Qumrã, se baseavam em seus *status* e posição dentro da comunidade religiosa. Desse modo, todos os direitos e privilégios eram distribuídos com base na posição social que a pessoa ocupava. No caso dos loucos, cegos, coxos, surdos, aleijados e menores, eram totalmente excluídos (NOLAN 1987, p. 85).

Continuando nossa fundamentação em Nolan (1987), para Jesus essa era uma das estruturas fundamentais de onde brotava o mal da sociedade. Além de demonstrar oposição a tudo isso, ele ousava pôr sua esperança em um reino onde tais distinções não teriam sentido: “Bem-aventurados sereis quando os homens vos odiarem, quando vos rejeitarem, insultarem e proscreverem vosso nome como infame...” (Lc 6,22). “Ai de vós, quando todos falarem bem de vós” (Lc 6,26).

Cabe destacar aqui, que a crítica de Jesus contra os escribas e fariseus não era basicamente contra os seus ensinamentos, mas à sua prática: “Tudo o que eles vos disserem fazei e observai, mas não imiteis suas ações, pois eles falam e não praticam” (Mt 23,1-3). Na realidade, os escribas e fariseus viviam em função do prestígio e da admiração que recebiam de outros homens (Mt 23,5-7).

No caso de Jesus, a leitura dos evangelhos permite-nos afirmar que ele pouco ou nada se importava com a sua reputação social, visto que vivia misturado com os pobres, prostitutas, cobradores de impostos e com muitas outras classes de pessoas de ‘má fama’, que também não eram bem vistas pela sociedade:

[Afinal], não eram os sãos que necessitavam de médico. Jesus prezava a vida. [Por isso] queria que todos tivessem em abundância. Os pecadores com os quais convivia eram infelizes, tristes, desanimados e fatalistas. Não viam perspectiva de salvação. Expostos à execração pública, evitavam qualquer contato com “pessoas de bem”, fiéis à lei de Javé. Pela primeira vez, alguém de vida ilibada os acolhia sem condenar-lhes de antemão a conduta, tratando-os com respeito e afeto (ALLGAYER, 1994, p.101).

Allgayer (1994) afirma ainda, que através de um simples gesto de amizade e simpatia, poderia dar início à conversão. O que para os judeus era considerado uma ação pecaminosa, como “comer com os pecadores”, para Jesus, era uma prática terapêutica:

Zaqueu, num simples almoço para o qual o próprio Jesus se convidara, destina a metade de seus bens aos pobres e promete a restituição em quádruplo de tudo o que roubara. Mulheres de “má vida” transformam-se em destemidas testemunhas de sua morte e confidentes preferenciais de sua morte e ressurreição. Pagãos se rendem a gestos de amor, como o centurião romano, cujo filho Jesus curou, e a

Cananéia, que dele obteve a cura da filha (ALLGAYER, 1994, p.101-02).

Agnelo (2009) relembra a passagem em que Jesus estava reunido com os seus discípulos na última ceia e falava-lhes sobre a vinda do Reino. Então, eles começam a discutir qual deles deveria ser considerado o maior e Jesus lhes exorta, dizendo:

“Os reis das nações dominam sobre elas, e os que exercem o poder se fazem chamar benfeitores. Entre vós, não deve ser assim. Pelo contrário, o maior entre vós seja como o mais novo, e o que manda, como quem está servindo. Afinal, quem é o maior: o que está à mesa ou o que está servindo? Não é aquele que está à mesa? Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,25-26).

Agnelo (2009) destaca ainda que a única vez que Jesus foi coberto de vestes reais foi durante o interrogatório de Pilatos. Puseram-lhe sobre os ombros um manto real com a coroa de espinhos, e como cetro na mão uma cana de bambu. Por aí, dá para afirmar que o Reino do qual Jesus falava era totalmente diferente dos reinados deste mundo. A Pilatos agradou a resposta de Jesus, “O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus guardas lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas, o meu reino não é daqui.” (Jo,18,36) Dessa forma, Jesus não representaria uma ameaça ao poder de Pilatos, nem tampouco é um concorrente perigoso, visto que

Ele não guerreia com exércitos a posse do mundo. O seu reino compromete as pessoas concretas no seu coração. Projeta-se no futuro: nesta existência e na outra. [...] o reino de Jesus é resposta de Deus às inquietudes do espírito humano insatisfeito, inquieto com a idéia da morte, do fim de tudo. O reino é resposta explícita de Deus à necessidade irreprimível do coração humano, sedento de infinito. O reino de Jesus não se encontra nos mapas do mundo, mas na geografia do espírito. Este reino singular requer de seus cidadãos, os cristãos, coisas não habituais e imprevisíveis. Manda aos seus uma conquista toda espiritual, toda interior, dominar-se, vencer as forças do egoísmo, do instinto da violência. Vitória sobre o pecado, sobre o mal. “Reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz” (AGNELO, 2009, p. 2).

Resumindo este capítulo:

A práxis libertadora de Jesus - expressão máxima do amor gratuito e misericordioso de Deus como Pai - revela especial predileção pelos pobres, excluídos e marginalizados da sociedade, inaugurando assim, um novo tempo e uma nova ordem social, que nada tinha a ver com o modelo imperial excludente da época.

A Boa Nova anunciada e colocada em prática por Jesus tornou evidente a chegada do Reino de Deus como realidade transformadora; "... os cegos veem, paralíticos andam, leprosos são purificados, surdos ouvem, mortos ressuscitam e a pobres se anuncia a Boa-Nova do Reino" (Lc 7,22). Mas para que essa realidade se propagasse, Jesus viu a necessidade de mais 'operários' trabalhando na messe, como bem expressa Mt 9,38: "A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos. Pedi, pois, ao senhor da plantação que mande trabalhadores para a colheita."

O Reino nessa perspectiva acontece através da práxis de Jesus, como dom gratuito de Deus, ou seja, um serviço exercido em prol da construção de uma sociedade justa e igualitária, recuperando assim, a opção de Deus pela justiça em favor de todas as pessoas oprimidas, excluídas e marginalizadas. No próximo capítulo, serão abordadas algumas características da espiritualidade de Jesus, que a nosso ver, são os fundamentos de sua práxis libertadora.

3 FUNDAMENTOS DA ESPIRITUALIDADE DE JESUS

Diante da práxis libertadora de Jesus, sentimo-nos motivados para aprofundar e refletir sobre quais eram as características de sua espiritualidade que, de acordo com a pesquisa realizada, serviram de fundamento para a sua ação evangelizadora, libertadora e modificadora de realidades.

3.1 FILHO DE DEUS E FILHO DO HOMEM

As expressões “Filho de Deus” e “Filho do Homem” – no Novo Testamento - são atribuídas a Jesus como títulos messiânicos, sendo que esse último, de acordo com Oliveira (2008, p. 545),

tem sido o mais aceito para a sua identificação, conforme os Evangelhos Sinóticos. Foi o único título que ele usou referindo-se a si mesmo. Não há dúvidas de que esse título foi usado para substituir o título de Messias, que Jesus rejeitou indiretamente.

No entanto, o que se discute é qual o sentido de “Filho do Homem”, uma vez que os Sinóticos o apresentam de três formas diferentes:

- a) *O Filho do Homem presente* (Mt 9.6; 11.19; 12.8; 12.32; Mc 2.10; 2.27; Lc 5.24; 6.5; 7.34; 9.58), tendo em vista o seu ministério terreno;
- b) *O Filho do Homem Servo Sofredor* (Mt 17.12; 17.22; 20.18; 20.28; 26.24; 26.45; Mc 9.12; 9.31; 10.33; 10.45; 14.21; 14.41; Lc 9.22; 9.44; 18.31; 22.22), tendo em vista a construção de sua missão através da paixão;
- c) *O Filho do Homem Escatológico* (Mt 16.27; 19.28; 24.30; 24.44; 26.64; Mc 8.38; 13.16; 14.26; Lc 9.26; 12.40; 21.27; 22.69), tendo em vista a esperança escatológica e a consumação de sua missão na era vindoura (OLIVEIRA, 2008, p. 545).

Para melhor compreendermos o significado da expressão, “Filho do Homem” recorreremos a Mesters (1995), que afirma que esse termo passa a ser utilizado a partir do momento em que ficou claro que iam matar Jesus. Nesse sentido, o título “Filho do Homem”, vem do Antigo Testamento e aparece:

Numa das visões apocalípticas, em que o profeta Daniel descreve os impérios dos babilônios, dos medos, dos persas e dos gregos. Na visão do profeta, estes quatro impérios têm aparência de quatro “animais monstruosos” [...] (Dt 7,3-8). Em outras palavras, são impérios animais, brutais, desumanos, que perseguem e matam (Dt 7,21-25). Ora, depois desses reinos anti-humanos aparece o Reino de Deus que tem a aparência não de animal, mas sim de “*um Filho de Homem*”. Ou seja, é um reino com aparência de gente, um reino humano, que promove vida (MESTERS, 1995, p. 107-108).

Para Libanio (2008, p. 24), a expressão “Filho do Homem” condensa em si vários aspectos da pessoa e missão de Jesus, ou seja:

Acentua o lado de humanidade em contraste com a expressão Filho de Deus. “Não tem onde repousar a cabeça (Mt 8,20), vai sofrer nas mãos dos homens (Mt 17,21), será entregue aos sumos sacerdotes e escribas, o condenarão à morte e o entregarão aos pagãos; será zombado, açoitado e crucificado” (Mt 20,18-19). Em certos momentos, o Filho do homem aparece com poder divino de perdoar pecados; “Pois bem, para que saibais que o Filho do homem tem na terra poder de perdoar pecados – disse ao paralítico – eu te digo: levanta-te, toma a tua cama e vai para casa” (Mt 9,6s). Carrega toque apocalíptico de quem ressuscitará no terceiro dia (Mt 20,19), de quem virá das nuvens para julgar (Mt 16,27; 25,31. Não lhe falta também viés messiânico. As duas afirmações – Filho do Homem e Filho de Deus – fazem a verdade sobre Jesus.

Possivelmente nenhum outro ser humano recebeu tantos títulos quanto Jesus de Nazaré, pois além de “Filho do Homem”, o Novo Testamento se refere a ele com vários outros, como por exemplo: Santo de Deus, Cordeiro de Deus, Imagem de Deus invisível, Salvador do mundo, Bom Pastor, Cabeça da Igreja, Sumo Sacerdote, Emanuel ou Deus-conosco etc. (LIBANIO, 2008, p. 24-5).

Assim, de acordo com o autor acima citado, com base no contexto histórico do uso dessas formas aplicadas à pessoa de Jesus, pode-se concluir que ele as reivindicou para si afirmando-se como o Messias.

Já a designação “Filho de Deus”, que na Bíblia pode ser usada em vários sentidos, também foi empregada em relação a Jesus, para designar:

O Ungido de *Iavé* não deve ser apenas Filho de Davi, também deve ser Filho de Deus, com o qual se identifica. Mas tal designação parece mais sair da boca dos outros que dos seus próprios lábios (Mt 3,11; Lc 4,41; 16,16; Mc 1,11; 5,7; 9,7). [...] não podemos considerá-la como uma designação à qual Jesus recorre costumeiramente, como foi o caso do título

“Filho do Homem”, mas num sentido totalmente único e especial, de ter sido elemento essencial da consciência que Ele tinha de si mesmo (OLIVEIRA, 2008, p. 546).

De tal modo, essa filiação foi citada em outras passagens do Evangelho, como por exemplo, no batismo de Jesus por João Batista, quando do céu fez-se ouvir uma voz que dizia: “Este é o meu Filho amado; em ti ponho toda a minha afeição” (Lc 3,22). Noutra ocasião, estando Jesus no monte, com Pedro, Tiago e João, transfigurou-se diante deles, e eis que da nuvem saiu uma voz que dizia: “Este é o meu filho amado, nele está o meu pleno agrado; escutai-o!” (Lc 9,35; Mt 17,5).

Assim, os títulos atribuídos a Jesus podem ser compreendidos como expressão de fé - pessoal e comunitária - contida no Novo Testamento e plenitude da graça que se tornou realidade, ou seja,

O homem Jesus é o Cristo, o Filho de Deus Pai, a sua última e definitiva revelação. Nada há mais a revelar além de Jesus enquanto projeto salvador de Deus. [...] Todos os sinais de revelação de Deus no passado, no presente e no futuro encontram em Jesus a chave última de interpretação e referência. Por meio dele participamos da plenitude de humanidade. Aquilo que ele realizou em plenitude é o que existe em nós de forma embrionária que tende para ele. Por isso, ele é o Princípio e o Fim, Alfa e Ômega (LIBANIO, 2008, p. 25).

Os quatro evangelistas apresentam a tomada de consciência entre os discípulos de que Jesus era o Messias (= Cristo) como o momento climax de seu ministério na Galiléia (Mc 8, 27-30; Mt 16,13-20, Lc 9,18-21; Jo 6, 67-71). Assim, de acordo com Pixley (1997, p. 151), a ‘messianidade’ de Jesus foi, portanto, uma das primeiras chaves para a compreensão pelos discípulos acerca de quem era o homem extraordinário que os convocou”. Segundo o autor, o cristianismo tem aqui o seu início, antes mesmo de haver uma igreja cristã.

A confissão de Pedro “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mt 16,15) supõe que os seguidores de Jesus o interpretaram como o ‘Messias’ prometido por Isaías e os profetas (Is 7,14; Is 9,7; Jr 23,5; Mq 5,2 etc.), cuja missão era restaurar o reino de Israel. Também o

título colocado na cruz de Jesus – “o rei dos judeus” – e a maneira como foi condenado, são evidências claras de que as autoridades romanas e o grupo de discípulos o entenderam como um pretendente messiânico. No entanto, somente após a ressurreição é que os discípulos e discipulas de Jesus adquiriram a consciência de sua messianidade diferenciada, tendo em vista que a sua luta não foi armada (PIXLEY, 1997, p.152).

3.1.1 A Filiação de Jesus em Profunda Ligação com Deus-Pai (verticalidade)

Para falarmos sobre a profunda ligação de Jesus com o Pai, seria interessante tentarmos saber quem é o Deus de Jesus Cristo? Certamente, esta não é uma pergunta fácil de responder, mesmo porque, ele não apresentou um ensinamento sistematizado sobre Deus. No entanto, a ausência de um ensinamento elaborado e específico não quer significar que Jesus não tinha um pensamento claro a respeito de Deus. Pelo contrário, através dos relatos contidos nos evangelhos, percebemos que o seu conhecimento e experiência de Deus eram bastante claros, ou seja, materializava-se na concretude da vida, na cultura e tradições de sua gente.

Conforme Sobrino (1994), com relação ao conteúdo da realidade de Deus, Jesus faz uso das diferentes tradições provenientes do Antigo Testamento. Na tradição profética, Deus aparece como parcial e defensor dos fracos; na tradição apocalíptica, Deus é aquele que, no futuro, transformará a realidade; na tradição do Deus do reino, Deus está profundamente ligado à justiça dos pobres; nas tradições sapienciais, Deus é criador-providente; nas tradições existenciais, Deus é aquele do qual só se ouve o seu silêncio.

Embora essas diferentes tradições não sejam facilmente conciliáveis, podemos afirmar que Jesus nos apresenta um Deus transcendente, que é bom. Notamos este fato quando fala de Deus que cria (Mt 19,4) ou quando fala de Deus como soberano absoluto (Mt

10,28). O Deus que Jesus procura tornar conhecido é também um Deus que é Pai (Mt 6,8).

Jesus ao chamar a Deus de Pai não apresentou uma novidade, visto que no Antigo Testamento encontramos várias referências de Deus como Pai, que apareciam revestidas de um clima de enorme reverência e respeito, acrescentando inclusive, títulos ostentosos. A novidade trazida por Jesus consiste na maneira de invocá-lo, visto que o Deus apresentado por Jesus é próximo e familiar. Essa proximidade é o que deixa Jesus à vontade para exclamar: “Abbá!” (Mc 14,36).

Essa maneira de se referir a Deus como “Abbá” nos chama particularmente a atenção. Esse termo é uma palavra aramaica que, traduzida para o português, seria o equivalente a "papai", "paizinho". É uma forma das crianças se referirem a seus pais e que Jesus, provavelmente, usava ao dirigir-se a José (MOLTMANN, 1994). Esse termo dificilmente seria usado numa oração pelos contemporâneos de Jesus para se referirem a Deus, uma vez que eram acostumados com uma linguagem mais reservada e formal em suas orações. Assim, o significado deste termo pode ser entendido da seguinte forma:

Quando Jesus se dirige a Deus como Abbá, conseqüentemente a tônica não está na masculinidade de um Deus Pai e nem na sua majestade de Deus Senhor, mas na inaudita proximidade, na qual experimenta o mistério divino. Deus lhe está tão próximo em termos de espaço quanto o reino de Deus se 'aproximou' por meio dele em termos de tempo. O reino está tão próximo que se pode dizer abba para Deus, e se é possível dizer Abba para Deus, então o seu reino já está aí (MOLTMANN, 1994, p. 55).

Por meio dos relatos bíblicos, fica evidente que para Jesus, o nome de Deus é Pai:

- que é perfeito “Sede perfeitos, assim como vosso Pai celeste é perfeito” (Mt 5,48);

- que é íntimo dele; “Todas estas coisas me foram dadas por meu Pai e ninguém conhece o filho, senão o Pai, e ninguém conhece o Pai senão o filho e aquele a quem o filho quiser revelá-lo” (Mt 11,27);

- que é perdão, tão bem demonstrado na parábola do filho pródigo (Lc 15,11-32);

- que é a própria imagem de Jesus: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo, 14,9) etc.

Desse modo, Deus-Pai se revela e se manifesta em Jesus e através de Jesus. É o Pai que se mostra com toda sua bondade e vigor. As ações de Jesus

nos revelam o Pai e o Pai se revela nele. Essa experiência de íntima ligação e sintonia com o Pai possibilitou a Jesus um novo olhar para perceber o Reino presente no meio do povo.

Portanto, através de Jesus, Deus se deu a conhecer. Não é Deus quem nos revela Jesus, mas o contrário, Jesus é quem nos revela Deus. Jesus é a plena manifestação do Pai: “Ninguém jamais viu a Deus. O Filho único que está no seio do Pai foi quem o deu a conhecer” (cf. Jo 1,18). É Jesus em sua humanidade, com suas palavras, gestos e atitudes, que nos revela plenamente o rosto humano de Deus.

Nesse sentido, embora Jesus tenha se manifestado ser o “Filho de Deus”, como ser humano, mostrou-se necessitado de Deus, cujos laços e forças eram fortalecidos e revigorados através da prática da oração, tão bem configurada em toda a sua trajetória sobre a terra.

3.1.2 Retiro para a Oração e Oração Confiante

De acordo com Butzke (2008, p.387), os evangelhos repetidamente falam da oração solitária de Jesus (Mc 1,35). Existe uma dinâmica entre o envolvimento com o povo/ensino e o retiro para o exercício espiritual. Dessa forma:

Sua fé [de Jesus] é carregada por esse exercício [oração] regular que o preserva de ativismo e desânimo. Além disso, os evangelhos relatam que Jesus, seguindo a tradição judaica, fazia-se presente nos cultos da sinagoga onde era lida e interpretada a escritura; relatam que ele vivia em comunhão de vida com seus discípulos, que ele dava testemunho a respeito da proximidade do Reino de Deus em palavra e ação. Os evangelhos deixam entrever que a espiritualidade de Jesus compunha-se dos seguintes elementos: ouvir, orar, compartilhar, testemunhar e agir.

Vale destacar que, de acordo com Martins (2008, p.1), o evangelista Lucas traz mais referências à oração do que os outros evangelhos. Ele enfatiza especialmente a vida de oração, registrando sete ocasiões em que Jesus orou que não são encontradas em nenhum outro lugar:

(3.21; 5.16; 6.12; 9.18,29; 11.1; 23.34,46). Só Lc tem as lições do Senhor sobre a oração ensinada nas parábolas do amigo importuno (18.9-14). Além

disso, o evangelho é abundante em notas de louvor e ação de graças (1.28,46-56,68-79; 2.14,20,29-32; 5.25-26; 7.16; 13.13; 17.15; 18.43).

De acordo com os Evangelhos Jesus não somente ensinava sobre o valor da oração, como também a praticava, vemos, por exemplo, em Lc 11,1: “Um dia, num certo lugar, estava Jesus a rezar. Terminando a oração, disse-lhe um de seus discípulos: Senhor, ensina-nos a rezar, como também João ensinou a seus discípulos”.

Era comum estar a sós em oração com o Pai, principalmente nos momentos difíceis e/ou de grandes decisões. Um exemplo claro dessa prática encontra-se no capítulo 6 de Lucas, que diz que Jesus foi à montanha para orar e passou a noite toda em oração (v.12). Essa passagem demonstra que os resultados foram extremamente significativos e surpreendentes: primeiro a escolha dos doze (Lc 6,13-16), em seguida, curou a muitas pessoas que estavam enfermas (vs.17-19) e por último, pregou o seu sermão mais conhecido (o sermão da montanha) (vs. 20-49).

Percebemos assim, que os pormenores desgastantes para iniciar e dar continuidade a uma obra não inibiram a oração de Jesus, mas ordenou e fortificou para que continuasse levando avante o projeto do Reino rumo à “glória de Deus”. O cansaço depois da ação também não era para Jesus motivo de esmorecimento. Depois de curar os doentes, de alimentá-los e de despedir seus discípulos, ele subiu a um monte para orar (Mt 14,13-21). Seguindo-se outros dias estafantes ele buscou alívio num lugar deserto (Lc 5,12-16). Podemos afirmar assim, que Jesus tinha confiança no Pai e sabia que era ouvido (Jo 11,42), dessa forma, impulsionado pela força do Espírito Santo, gastava o seu tempo diante d’Ele como uma das formas para (re)abastecer para a missão que lhe fora confiada.

3.1.3 Vida e Poder no Espírito Santo

Certamente seria difícil falarmos de Jesus Cristo, sem vincularmos a sua pessoa à força e ao poder no Espírito Santo que movimentou e dinamizou toda a sua vida desde a concepção até os seus últimos dias sobre a terra (Lc 1,35; 3,22; 23,46). Em se tratando da infância de Jesus, Libanio (2008, p. 14) destaca que Lucas e Mateus carregam a tinta para falar da presença do Espírito Santo nessa fase de sua vida:

Maria engravidou pela força do Espírito Santo (Mt 1, 18; Lc 1,34). O anjo confirmou a José que o gerado em Maria era obra do Espírito Santo (Mt 1, 20). A simples saudação de Maria com Jesus no seio, enche Isabel do Espírito Santo, e ela reconhece na prima a mãe do Senhor (Lc 1, 41) [...] Na apresentação de Jesus ao templo, o texto se refere a Simeão, como aquele em que o Espírito Santo repousava e que lhe tinha revelado que não morreria sem ter visto o Cristo Senhor (Lc 2,25-26).

Lucas termina o evangelho da infância de Jesus dizendo: “E Jesus crescia em estatura, em sabedoria e graça diante de Deus e diante dos homens” (Lc 2,52). Para Libanio (2008, p.16), “o termo sabedoria ocupa o lugar de sinônimo de Espírito Santo”.

Não somente quando criança, mas também como jovem-adulto, anualmente por ocasião da festa da Páscoa (Lc 2,41), Jesus acompanhava sua família e seu povo para Jerusalém. Nessas ocasiões, conforme afirma Richter Reimer (2009, p. 21):

Além de confirmar parte da práxis religiosa de Jesus de sua família e comunidade, o texto aponta para o processo de emancipação e autonomia de Jesus em relação a seu pai e sua mãe. [...] Pai e mãe continuavam responsáveis pelo “jovem-adulto” Jesus nesse processo que ele estava vivendo, mesmo que ele já tivesse completado a maioridade aos 12 anos conforme costumes e leis judaicas. Por isto, se preocupavam e precisavam voltar para encontrá-lo. Em demonstração de enorme alegria pelo reencontro, é sua mãe Maria que trava com ele o típico “diálogo educativo” na práxis educacional judaica, a qual Jesus mais tarde também utilizava em seus ensinamentos: perguntas e respostas que brotam de experiências, expectativas e certezas de ambas as partes, que são respeitadas.

Além da ‘concepção’ e ‘crescimento’ acima referenciado, na fase adulta, o Espírito Santo continuou a agir na pessoa e nas ações de Jesus de diversos modos e ocasiões: tentação no deserto (Lc 4,1-13), citações de Isaías sobre o Espírito (Mt 12,18), na sinagoga de Nazaré (Lc 4,14), em nome de quem expulsa demônios (Mt 12, 28), reconhece o plano do Pai em relação aos pequenos (Lc 10,21) etc.

Libanio (2008, p. 32) ressalta que uma das funções mais importantes do Espírito Santo no Novo Testamento, está relacionada com a partida de Jesus deste mundo, vejamos:

Depois da morte e ressurreição, pouco antes da ascensão, Jesus reconhece o limite do seu agir com os discípulos e remete a compreensão do que ele ensinara [...]. Os apóstolos reunidos percebem a solenidade do momento e perguntam a Jesus: “Senhor, por acaso será agora que vais restabelecer o reino de Israel?” Respondeu ele: “A vós não compete saber os tempos que o Pai fixou em seu poder. Mas recebereis uma força, o Espírito Santo que virá sobre vós, sereis minhas testemunhas em

Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1,6-8), Jesus fala que em seu nome, o Pai enviará o Paráclito, Espírito Santo para ensinar e recordar tudo o que ele tinha dito (Jo 14,26) etc.

Dessa forma, podemos afirmar que do início ao fim da vida na terra, o Espírito Santo ungiu Jesus e o capacitou para a sua missão. Jesus, na concepção de Jo 1,1, era Deus, mas também era homem (1Tm 2,5). E como ser humano, Jesus dependia da ajuda e do poder do Espírito Santo para cumprir a sua missão diante de Deus e diante dos homens (Mt 12,28; Lc 4,1,14; Rm 8,11; Hb 9,14).

Dentro do cristianismo o Espírito Santo é uma pessoa da Trindade, co-igual ao Pai e ao Filho. Através da ação do Espírito Santo, Jesus Cristo nos revela o mistério de Deus presente e atuante em sua pessoa. Assim sendo, nada na pessoa e missão de Jesus aconteceu sem a força, participação e poder do Espírito Santo, o que sem dúvida alguma era resultado de sua íntima ligação com o “Abbá” (Pai), preparando-o e capacitando-o desse modo, para o relacionamento com as pessoas na horizontalidade, conforme está posto no primeiro capítulo (item 2.1) desta dissertação que trata da Boa Nova anunciada por Jesus em Lc 4, 14-21.

3.2 PREOCUPAÇÃO COM AS NECESSIDADES DO SER HUMANO (HORIZONTALIDADE)

Por meio dos relatos bíblicos podemos afirmar que Jesus realmente se preocupava com as pessoas, e não era uma preocupação vazia, mas levava à ação libertadora e transformadora de realidades. Assim, depois de nutrir-se do amor e da ‘comum união’¹ com o Pai na verticalidade, compartilhava abundantemente na horizontalidade com o próximo em forma de gestos, palavras e ações traduzidas em misericórdia, principalmente com os mais pobres e excluídos do seu tempo.

Por isso mesmo, Jesus passou a ser conhecido como “o amigo dos publicanos e dos pecadores”: Veio o Filho do Homem, comendo e bebendo, e dizem: “Eis aí um comilão e bebedor de vinho, amigo de publicanos e pecadores” (Mt 11,19). No entanto, isso não o intimidou no seu propósito e missão, como bem ressalta Mesters (2006, p. 2):

¹ A expressão ‘comum união’ foi usada aqui para destacar a plena união entre Jesus e o Pai, a qual era fonte substancial de sua práxis libertadora – horizontal – com as pessoas.

Acolhia os que não eram acolhidos: os imorais (prostitutas e pecadores), os hereges (samaritanos e pagãos), os impuros (leprosos e possessos), os marginalizados (mulheres, crianças, doentes de todo tipo), os colaboradores (publicanos e soldados), os fracos (o povo da terra e os pobres sem poder). Jesus falava para todos. Não excluía ninguém. Mas falava a partir dos pobres e dos marginalizados.

O apelo que resulta desta atitude acolhedora e evangelizadora é muito claro: não era possível alguém ser amigo de Jesus e, ao mesmo tempo, continuar apoiando o sistema que marginalizava tanta gente em Nome de Deus. De fato, Nicodemos (Jo 7,52), José de Arimatéia (Mt 27,57-58) e Zaqueu (Lc 19,8) sentiram na carne que aderir ao projeto de Jesus e ao Reino por ele anunciado, significava ter que romper com as estruturas que marginalizava tantas pessoas em nome de Deus.

O próprio Jesus, por causa de sua postura diante dos marginalizados, entrou em conflito com vários grupos e lideranças, entre eles os fariseus, os escribas, os saduceus, os herodianos, os romanos etc. Embora estes conflitos tenham sido a causa de sua morte, a execução de Jesus em si foi feita pelos romanos (Mt 12,14) (MESTERS, 2006, p. 2).

Por isso mesmo, a figura de Jesus de Nazaré ficava cada vez mais controvertida na medida em que avançava a sua pregação. As autoridades religiosas de Jerusalém mostravam-se cada vez mais inquietas com a agitação suscitada no povo por aquele homem chegado da Galiléia para festa da Páscoa. Da mesma forma,

as elites imperiais, desde que algumas vezes em que periodicamente renasciam levantes contra a ocupação romana, que eram encabeçados por líderes locais que apelavam ao caráter próprio dos judeus, as notícias que chegavam sobre este mestre que falava de preparação para a chegada do “reino de Deus” não eram nada tranqüilizadoras. Os dois grupos estavam, desde logo prevenidos contra ele por diversos motivos (VARO, 2006, p.1).

Nesse sentido, embora a *práxis* evangelizadora e libertadora de Jesus tenha incomodado profundamente os donos do poder, ele continuou a convidar e a provocar as pessoas para que se definissem face aos valores fundamentais da vida humana e do Projeto de Deus, como a justiça, a fraternidade, o amor, a misericórdia, a partilha, a honestidade (MESTERS, 2006, p. 2).

Jones (2006, p. 121), por sua vez, enfatiza que é possível imaginar a revolução no pensamento e na mentalidade advindas do Antigo Testamento, em que

a humanidade se achava em dívida com Deus e por isso mesmo, precisava encontrar formas de agradá-lo. Então, chega um homem que tem todos os poderes de Deus, acolhe os pobres e marginalizados com imensa misericórdia e ainda tem a coragem de perguntar às pessoas o que gostariam que fosse feito por elas, como por exemplo, quando do seu encontro com o cego em Jericó (Lc 18,41-42).

Richter Reimer (2009, p. 25) afirma que o seguimento de Jesus pressupõe um profundo e continuado processo de conversão, revisão de vida e de valores, cujo significado é:

abrir mão de tudo e segui-lo por causa da força de convencimento gerada por sua *práxis* libertadora fundamentada teologicamente e que implica questionamento e inversão de valores socioculturalmente construídos. A força de coesão que se desenvolve a partir desta convicção pode sustentar uma *práxis* igualmente libertadora com base na justiça para pessoas necessitadas, sem condicionamento meritório, mas embasada na misericórdia de Deus manifestada em Jesus.

O seguimento a Jesus é *práxis* teológica educativa, que se baseia na experiência de pessoas orientadas pela misericórdia de Deus nas mais diversas formas e expressões, indo contra toda expectativa do mercado religioso e econômico. Dessa forma, a misericórdia de Deus nunca foi ingênua, nem entregue às manobras estratégicas de poderes estabelecidos, ao contrário, ela dá sustentação aos “miseráveis”, porque encontram lugar no “coração” de Deus e de pessoas que são sujeitos de sua própria história. (RICHTER REIMER, 2009, p. 25).

Além disso, seguimento é serviço, é relação libertadora que se manifesta na horizontalidade:

Seguir Jesus é não se conformar e não se submeter aos “poderes deste século” que não colocam o Reino de Deus e a sua justiça como prioridade (Rm 12,2), o que significa buscar constante renovação de mentalidades: ser nova criatura (2Co 5,17) na construção cotidiana de nossas relações afetivas, políticas, profissionais, econômico-sociais. Isto é construir uma educação teológica dialógica voltada para a *práxis* que será sempre transformadora, também de nossa mentalidade (RICHTER REIMER, 2009, p. 25).

Podemos afirmar então, que seguir a Jesus é confiar na gratuidade de Deus em sua dinâmica solidária, que não faz acepção de pessoas. É superar pré-conceitos, colocando-se do lado dos marginalizados e excluídos da

sociedade, a fim de ajudá-los a reconstruir as suas identidades de filhos e filhas muito amados de Deus.

Desse modo, a preocupação de Jesus com as pessoas (horizontalidade) era demonstrada e colocada em prática através dos seus atos de misericórdia e compaixão com que acolhia a todas as pessoas, indistintamente.

3.2.1 Misericórdia e Compaixão dentro do Contexto Relacional da Práxis Libertadora de Jesus

A fim de melhor compreendermos a palavra “misericórdia”, investigamos o termo no Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, que assim o define:

No emprego original, eleos refere-se ao sentimento de “compaixão”, *oiktirmos*, e especialmente sua raiz, *oiktos*, refere-se à exclamação de “dó” ao ver o infortúnio de outra pessoa. [...] Os respectivos verbos, no ativo, expressam estas emoções no sentido de “ajudar”, “compadecer-se”, “ter misericórdia”; quando usados no passivo, expressam o impacto destas emoções sobre a pessoa (ESSER, 2000, p. 1294).

No Novo Testamento, em especial em Mt 9,35-38, o termo apresenta

aquele irromper da misericórdia divina no meio da realidade da desgraça humana, que foi levado a efeito na Pessoa de Jesus de Nazaré, mediante a Sua obra de libertação e cura que demonstrava a Sua autoridade. Jesus atendia o grito de socorro: “Tem misericórdia de mim” (Mc 10,47,48 par. Mt 9,27; 15,22; 17,15; Lc 17,13) da parte dos doentes, ou parentes dos endemoninhados (Mt 15,22; 17,15), operando cura (ESSER, 2000, p. 1296).

Quando Jesus começou a atuar no cenário político-histórico da Galiléia, grande número de pessoas era deixada à margem da sociedade, algumas por causa dos atos, outras por causa da classe social ou profissão, outras ainda, por causa da origem, como por exemplo, os não judeus e assim por diante. No entanto, Jesus não fechou os olhos para aquela situação, pelo contrário, interagiu sem preconceitos, tornando-se próximo delas, devolvendo-lhes a integralidade e a verdadeira dignidade.

Seguindo a linha de argumentação dos relatos da ação de Jesus contida no Evangelho de Lucas, percebe-se claramente a legitimação da misericórdia e compaixão, visto que esta é uma das principais

características de sua práxis e ação libertadora (Lc 7,11-17; 13,11-17; 14,1-6; 17,11-19).

De acordo com Richter Reimer (2008), dentro desse contexto do irromper da misericórdia de Jesus, chama a nossa atenção o 'aspecto relacional', ou seja, tradicionalmente, estamos acostumados a ler as curas de Jesus numa perspectiva unifocal, em que tudo gira em torno de Jesus: ele cura, ele está no centro da atenção e é o sujeito da ação libertadora. No entanto, a partir de

uma perspectiva teológica libertadora abrangente, que valoriza e reivindica a posição-de-sujeito de pessoas que participam do fenômeno religioso, [...] é necessário ler e interpretar estas tradições numa perspectiva muito mais relacional, contribuindo também para a construção de uma cristologia que tem a ver com tudo que nossa corporeidade implica: respirar, movimentar, pensar, sentir, falar, tocar (RICHTER REIMER, 2008, p. 71).

Dessa forma, torna-se possível perceber Jesus na sua relação com Deus e com as pessoas, sendo que é nessa relação que se apresenta a *dynamis* relacional, que é "força" e "poder" que é dinâmico, compartilhado, espontâneo, incontrolável e não carece de legitimação social oficial (RICHTER REIMER, 2008, p. 71).

Por isso mesmo, aprofundar o conhecimento sobre Jesus através do que foi escrito sobre ele - sem deixar de lado o contexto histórico - principalmente nos Evangelhos leva-nos a considerar uma realidade sofrida da qual ele não se furtou, pelo contrário, tornou-se um com aqueles e aquelas que mais sofriam:

Escolheu ficar do lado dos pobres. Assumiu e sofreu as consequências. Com a capacidade e a inteligência que tinha, Jesus não teria tido dificuldade para sair da pobreza. Mas nunca tentou uma saída individual, só para si. Continuou solidário com os pobres. Conheceu a pobreza pelo lado de dentro. Esvaziou-se e foi esvaziado (Fl 2,7). Experimentou a fraqueza na hora da agonia e o abandono na hora da morte (Mc 15,34). O abandono ao qual eram condenados os pobres! Morreu soltando o grito dos pobres (Mc 15,37), certo de ser ouvido pelo Pai que escuta o clamor do pobre. Por isso, Deus o exaltou [soberanamente] (Fl 2,9) (MESTERS, 1995, p. 120).

Percebemos assim, que o ambiente e as circunstâncias em que Jesus viveu foram o seu campo de ação para a prática da misericórdia e da compaixão, como também para a escolha e chamado dos seus companheiros e companheiras que dariam continuidade ao seu projeto de 'vida nova' e abundante para todos.

3.3 VIVÊNCIA EM COMUNIDADE: JESUS CHAMOU HOMENS E MULHERES PARA O SEU SEGUIMENTO

Um aspecto que nos chama a atenção é quanto à forma que Jesus se preparou para a escolha inicial dos seus primeiros seguidores, que também foram chamados de discípulos e apóstolos. Como já foi dito anteriormente, ele subiu a montanha e passou a noite inteira em oração antes de fazer essa escolha definitiva de sua vida (Lc 6,12).

Interessante ressaltar que Jesus não escolheu gente erudita, de classes sociais abastadas ou com grandes qualidades, mas pessoas comuns como todos nós, que tinham suas virtudes e seus defeitos. Com este pequeno grupo que se sentiu atraído pela sua mensagem de vida, Jesus começa então, a nosso ver, a maior revolução da história da humanidade (Lc 6,12-16).

Percebemos que Jesus participava da vida da comunidade e não tinha medo de se misturar com as pessoas de má fama e consideradas impuras no sistema religioso judaico. De acordo com Mt 9, 35-38, Jesus acolhia as multidões sem fazer acepção de pessoas. Pode-se imaginar como isso perturbou a hierarquia religiosa de seu tempo. O Evangelista Lucas relata uma passagem em que Jesus encontra um cobrador de impostos chamado Levi e o convida para ser seu discípulo. E ao ser questionado e criticado pelos escribas e fariseus, sobre o porquê de comer e beber com os publicanos e pessoas de má vida, Jesus responde: "Não são as pessoas com saúde que precisam de médico, mas as doentes. Não vim chamar à conversão os justos, mas sim os pecadores" (Lc 5,27-32).

Sobre a comunidade inicial de Jesus, resume Mesters (1995, p. 99):

As pessoas que compunham a pequena comunidade ao redor de Jesus eram de vários níveis: publicanos, pescadores, agricultores, artesãos, zelotes. Por causa da religião oficial e por causa da política do governo, estas pessoas viviam separadas, umas das outras. Jesus as chama para formar uma nova família. Este era o grande desafio! Era o mesmo que

remar contra a corrente ou andar na contramão, tanto da sociedade quanto da religião.

Por isso mesmo, os discípulos experimentaram um contexto totalmente novo diante do chamado e seguimento de Jesus, visto que não foram eles que fizeram a escolha do seu mestre, o mestre os escolheu e chamou (Mt 4,18-22; Lc 5,1-11; veja também Jo 15,16). Além disso, tiveram a oportunidade e o privilégio de conhecer de perto o projeto de Jesus, se preparando, assim, para se tornarem missionários e anunciadores da Boa Nova do Reino.

Em se tratando dos anunciadores, conforme relatado em Lc 6,12-16, o primeiro grupo de Jesus foi formado por pessoas simples, sem muita instrução, abrangendo profissões e classes muito diferentes. Com esse pequeno grupo fez questão de compartilhar tudo o que sabia, de forma que estivessem preparados para levar adiante a sua mensagem: “Não fostes vós que me escolhestes; fui eu que vos escolhi e vos designei, para dardes fruto e para que o vosso fruto permaneça” (Jo 15, 16). Sem dúvida alguma, a proposta de Jesus conquistou os seus discípulos, do contrário, sua mensagem não teria chegado até nós ou até onde chegou.

Com base no Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (2007, Item 131), extraímos uma importante contribuição quanto à dinâmica do chamamento e proposta de Jesus, ou seja, enquanto na antiguidade, os mestres convidavam aos seus discípulos a se vincular com algo transcendente e propunham a adesão à Lei de Moisés, Jesus apresenta uma grande novidade, pois convida os seus discípulos a se encontrar com ele, estabelecendo estreitos vínculos, porque ele é a fonte de vida (Jo 15,1-5) e só ele tem palavras de vida eterna (Jo 6,68).

Desse modo, por meio da convivência cotidiana com Jesus, seus discípulos logo perceberam a originalidade de sua proposta em confronto com os seguidores de outros mestres, visto que não foram convocados para algo, como purificar-se ou aprender a Lei, mas para se vincular intimamente à pessoa de Jesus e para que estivessem sempre com ele, para enviá-los a pregar e para assumir seu estilo de vida e suas motivações (Mt 10,7-8). Percebemos que tudo isso estava em consonância com o que havia anunciado na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18-19).

Não se pode esquecer que também as mulheres faziam parte do grupo de Jesus (Lc 8,1-3). Silva (2000, p. 9) cita vários exemplos da participação delas na vida de Jesus e vice e versa, vejamos:

O movimento de Jesus, o seu discipulado, tem mulheres que o seguem desde a Galiléia, estão presentes ao pé da cruz e são as primeiras apóstolas da ressurreição. A genealogia de Jesus inclui mulheres transgressoras. Há mulheres ligadas à palavra como Maria Madalena, Marta e Maria. Há mulheres curadas e reintegradas à diaconia como a sogra de Pedro, a hemorroíssa, a filha de Jairo e a mulher encurvada. Há mulheres evangelizadoras, como a Samaritana e a siro-fenícia. Nas comunidades há mulheres que protagonizam o culto e a profecia como as de Corinto. E ainda Priscila, Lídia, Febe, Maria e tantas outras (SILVA, 2000, p. 9).

Pelos textos dos evangelhos, as mulheres foram as primeiras testemunhas da ressurreição (Lc 24,1-11). Após o relato do túmulo vazio, enquanto dois dos seus seguidores caminharam com ele e não o reconheceram, Maria Madalena e outras mulheres foram as primeiras a perceber e admitir o milagre da ressurreição (JONES, 2006, p. 95).

Nesse contexto da participação das mulheres no movimento de Jesus, Richter Reimer (2005, p. 68) destaca que elas estiveram presentes desde o início, tanto como sujeito no discipulado (Lc 8,1-3), como destinatárias do seu amor e salvação. Assim,

são também elas que estão com ele junto à cruz ou observando de longe, e é com o testemunho delas que se abre uma nova dimensão na história religiosa: Jesus é o messias, primogênito dentre os mortos. Não está morto, mas ressuscitou! Essa é a novidade que elas presenciaram e testemunharam por primeiro. Jesus e o anjo de Deus as incumbem de dar testemunho, as vocacionam para a proclamação dessa Boa-Nova de alegria. São, por incumbência divina, apóstolas dos apóstolos (Mc 16,7; Mt 28,7; Lc 24,6ss; Jo 20,17-18).

Desse modo, as mulheres passam a fazer parte do movimento de Jesus num quadro de renovação dentro do judaísmo em que elas puderam experimentar a construção de novas relações de vida com dignidade e justiça. Dentro desse novo tempo instaurado por Jesus elas podem viver sua espiritualidade judaica, participando de festas e celebrações no templo (Lc 2,36-38, At 2,46 entre outros), bem como confessar a fé no Messias judeu, cuja concretização se realiza em Jesus de Nazaré (RICHTER REIMER, 2005, p. 68).

Dentro desse contexto relacional, Jesus ia tecendo laços de convivência fraterna e acolhedora, onde o que valia era a pessoa humana, independentemente da classe, posição social, etnia etc.

No próximo item abordaremos a dinâmica entre aprender e ensinar, nas quais ficaram evidentes a manifestação da divindade de Jesus.

3.4 APRENDIZ E MESTRE: JESUS MANIFESTOU A SUA DIVINDADE

Não apenas quando criança, mas também como jovem-adulto (aos 12 anos), anualmente, seguindo o costume judaico, Jesus ia a Jerusalém em companhia de seus pais e sua gente para a festa da Páscoa (Lc 2,41). Nessa passagem, de acordo com Richter Reimer (2007), encontramos a primeira demonstração de sua identidade e autonomia em relação a seus pais: “Por que vocês me procuravam? Não sabiam que eu devia estar na casa de meu Pai?” (Lc 2,49).

De acordo com a autora acima citada, primeiramente na resposta de Jesus transparece uma obviedade de quem se encontra em processo emancipatório, em seguida deixa transparecer um indicativo de oposição entre a casa de mãe e pai em Nazaré e a casa do “meu pai” em Jerusalém, o templo.

Embora Jesus já tivesse atingido a maioridade, seu pai e sua mãe continuavam responsáveis pelo jovem-adulto. Nesse processo de emancipação que Jesus vivenciava, Maria, sua mãe, estabelece com ele um diálogo educativo na práxis educacional judaica, que consistia em perguntas e respostas, cujo modelo, mais tarde também passa a ser utilizado por Jesus em seus ensinamentos. A resposta de Jesus e o indicativo de ‘casa de meu Pai’ para o Templo evidenciam sua madura espiritualidade, onde ambas as partes são respeitadas (RICHTER REIMER, 2007, p. 71).

Percebemos que o Evangelho da infância de Jesus passa abruptamente para a atuação de independência, conforme ressalta Richter Reimer (2007, p. 72):

De repente, em Lc 2, 41ss, defrontamo-nos com o Jesus jovem-adulto que, junto com sua família, participa anualmente da Festa da páscoa em Jerusalém. O zelo familiar-social pela tradição e pelo estudo da Torá explica a efetiva participação de Jesus no templo, quando, conforme costume judaico completou a maioridade aos 12 anos. O texto reflete esta fase de emancipação e autonomia de Jesus quando destaca a sua permanência em Jerusalém sem o conhecimento de pai e mãe. Enquanto estes já se encontram no caminho de volta a Nazaré, Jesus permaneceu “assentado”

em meio aos mestres no templo. Ele escuta seus ensinamentos e lhes faz perguntas (2,46), diante do que todas as pessoas ficaram maravilhadas. Trata-se da sabedoria do jovem-adulto. A narrativa reflete uma prática usual e costumeira no aprendizado da Torá e sua interpretação por parte de Jesus. Assim, em casa e no templo, junto à mãe, ao pai, à comunidade e junto aos mestres, Jesus vai adquirindo e construindo o seu conhecimento das escrituras e a sua identidade religiosa judaica.

Antes de tratarmos da messianidade de Jesus, cabe aqui contextualizar a importância que tiveram as instituições sagradas judaicas – templo e sinagoga - como espaço sagrado, cumprimento das tradições (Lc 2,22-24) e local de aprendizagem também para Jesus:

Tanto a consagração quanto o sacrifício no templo estão vinculados com o ritual da purificação pós-parto da mãe e do filho, bem como do pai, porque ele convive com ambos. Esse ritual faz parte da herança de tradições ancestrais judaicas, ligadas com a legislação de usos e costumes religioso-sociais. [...] O templo atua neste relato (Lc 2-25-38), como força produtora de sentido identitário-religioso através da memória e da tradição ancestral. O imaginário religioso e a tradição mítico-simbólica atuam na construção da identidade sócio-religiosa desta família que se organiza a partir da idéia da pertença, buscando coesão social. Neste sentido, peregrinar ao templo de Jerusalém faz parte do processo de (co)memorar e atualizar os mitos das origens judaicas, aos quais se relacionam, no caso da lei de Moisés, os ritos da circuncisão, de consagração e de purificação. A identidade socioreligiosa de Maria, José e de Jesus está (re)afirmada e pautará os discursos, a ética e as ações deles. Essa narrativa em torno do templo registra, portanto, a identidade judaica de Jesus (RICHTER REIMER, 2007, p. 71).

A autora acima citada destaca ainda que o templo era lugar para o estudo e ensino da Torá, anúncio da palavra profético-sapencial, oração e do louvor, sacrifício, intercessão e louvor. Em suma,

O templo em nível nacional e a sinagoga em nível local-regional eram lugares sagrados para expressão pública da fé judaica e faziam parte dos processos educacionais individual e coletivo. Na casa, na sinagoga e no templo é que acontece a educação teológica a serviço da vida, vivenciada por Jesus. Diga-se ainda que o templo, após a morte de Jesus, continua sendo espaço relevante para o grupo de mulheres e homens que ficaram sozinhos/as e precisavam (re)construir sua identidade de forma nova dentro de um novo contexto crítico e de perseguições: mesmo que apenas na memória e na esperança, ele continua sendo espaço sagrado e de identidade que garante ao grupo a continuidade também no

sentido de pertença ao povo de Deus (RICHTER REIMER, 2009, p. 22).

Considerando que o meio em que se vive exerce grande influência no processo de ensino-aprendizagem, certamente Jesus aprendia não só com os seus pais, como também através da observação e da convivência em outros ambientes, por isso,

Não é de se surpreender que, vivendo em ambiente agrícola, Jesus tivesse familiaridade com o cultivar dos campos (Lc 9,62; 17,7) o lançar das sementes (Mt 13,4; Mc 4,3; Lc 8,5) ceifação e separação da safra (Jo 4,35-38) e armazenamentos dos produtos nos celeiros (Mt 13,30; Lc 12,16-18). Talvez quando criança, tivesse visto ou ouvido os fazendeiros falarem sobre os relativos benefícios dos solos, o impacto desses sobre os rendimentos das sementes (Mt 13,3-8; Mc 4,3-8; Lc 9,5-8), sobre os caprichos do tempo (Mt 16,2-3; Lc 12,54-55) e sobre a necessidade de dispor sabiamente das ervas daninhas (Mt 13,30) e podar as vinhas a fim de aumentar a produtividade (Jo 15,2). De nenhuma maneira essa lista é extenuante (Mt 4,26-29). Pode-se ainda indicar a frequência com que Jesus, o mestre, falava de pássaros, árvores, e outras vegetações (GRENIER, 1998, p. 32).

Assim, aceitar ou perceber Jesus como mestre, leva-nos a afirmar que ele não perdia oportunidades para ensinar. Fürst (2000, p. 633-34) apresenta-nos o seguinte significado para o verbo “ensinar”:

Didaskō, “ensinar” provém de di-dak-sko (raiz dek-, “aceitar”, “estender a mão para”). A raiz duplicada e o sufixo incoativo transmitem a idéia de fazer alguém aceitar algo; a palavra, portanto, sugere a idéia de fazer alguém aceitar alguma coisa. [...] a palavra se emprega tipicamente para o relacionamento entre professor e o aluno, o instrutor e o aprendiz. O que se ensina pode ser conhecimento, opiniões ou fatos, bem como perícias artísticas e técnicas, todos os quais devem ser sistemática e completamente adquiridos pelo aprendiz como resultado de atividade repetida tanto pelo professor quanto pelo aluno. No Novo Testamento, *didaskō* ocorre 95 vezes, das quais 38 se acham nos Evangelhos Sinóticos [...]. O significado sempre é “ensinar” ou “instruir”, embora o conteúdo do ensino somente possa ser determinado mediante o contexto individual.

Nesse sentido, não foi sem razão que, como vimos acima, Jesus foi chamado de mestre por pessoas diversas e de classes tão distintas, entre as quais podemos citar: um fariseu que questionava sobre o porquê de Jesus se alimentar em companhia dos publicanos e

pecadores (Mt 9,11); alguns escribas e fariseus que queriam ver um sinal (Mt, 12,38); coletores de impostos (Mt 17, 24); um escriba que queria segui-lo (Mt 8,19); pelo jovem rico (Mt 19,16; Lc 18,18) etc.

Em se tratando da obra didático-pedagógica de Jesus, essa sua atividade é relatada pelos evangelhos sinóticos em diversos lugares e circunstâncias. Ele ensinava publicamente nas sinagogas (Mt 9,35; 13,54; Mc 6,2; Mc 1,21), no templo (Mc 12,35; Lc 21,37; Mt 26,55), ao ar livre (Mt 5,2; Mc 6,34; Lc 5,3). E de acordo com o costume judaico, nessas ocasiões, ele ficava em pé para ler um trecho dos profetas, depois se sentava para fazer a exposição (Lc 4,14-20; Lc 5,3; Mt 5,2).

Os Evangelhos relatam que a multidão ficava admirada com aquele homem que surpreendia a todos com suas ações e os seus ensinamentos (Mt 22,33) ministrados com originalidade e simplicidade. Diante dos ensinamentos de Jesus, os judeus questionavam admirados: “Como sabe este, de letras, sem ter estudado?” (Jo 7,15) ou “Não é este o filho de José?” (Lc 4,22)

Outra característica do ensino de Jesus que não pode passar despercebida é quanto à autoridade demonstrada e perfeitamente reconhecida pelos seus ouvintes em diversas ocasiões, como por exemplo, em Mt 7,28-29: “Quando ele terminou estas palavras, as multidões ficaram admiradas com o seu ensinamento. De fato, ele as ensinava como alguém que tem autoridade e não como os doutores da lei”. Certamente a autoridade de Jesus era decorrente de sua autenticidade (palavras e ações), ou seja, ele viveu o que ensinou e ensinou o que viveu.

Nesse sentido, Hunter (1995) deixa claro a diferença entre poder e autoridade. O monge parte da premissa de que um grande líder não é aquele que detém o poder, mas, sim, a autoridade. O poder, segundo o autor, resulta da posição e do cargo que a pessoa ocupa e quase sempre é imposta, já a autoridade, é conquistada com amor, responsabilidade, dedicação, respeito e cuidado com as pessoas. Podemos afirmar que isso era perfeitamente demonstrado por Jesus dentro de sua prática pedagógica.

No próximo item, abordaremos sobre os métodos do ensino-aprendizagem utilizados por Jesus que demonstram que ele era versátil e criativo, pois sempre levava em conta a ocasião e as necessidades dos ouvintes.

3.5 A ESPIRITUALIDADE DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS PARÁBOLAS DE JESUS

Os Evangelhos mostram que grande parte dos ensinamentos de Jesus ocorreu através de parábolas, que foram contadas utilizando-se de uma linguagem simples que fazia parte da realidade do povo, como por exemplo: pesca, rede, peixe; árvore, fruto, solo, semente etc. Para descrever o amor de Deus pelos pecadores, ele falou sobre o pastor que saiu em busca de uma ovelha desgarrada (Lc 15, 4-70) e de um pai que esperava ansioso, o retorno de um filho que estava perdido (Lc 15,11-32).

Para Grenier (1998, p. 43), o termo “parábola” provém do grego *parábole*, que, em derivação (*para* = ao lado de + *ballein* = arremessar), indica a colocação de coisas uma ao lado da outra para fins de comparação: “embora as maneiras mais comuns de fazer comparações na linguagem do dia-a-dia sejam a analogia (Mt 23,27) e a metáfora (Mt 5,13), pode-se ocasionalmente empregar uma narrativa ampliada para essa finalidade.”

Richter Reimer (2004, p. 286) afirma que as parábolas fazem parte do gênero discursivo, utilizado por Jesus como uma das formas de veicular os seus ensinamentos, especialmente sobre o Reino de Deus. Há razões pedagógicas na utilização deste meio de comunicação, visto que

as parábolas querem instruir e incentivar as pessoas a se comportarem de uma maneira coerente com o Reino de Deus. [...] Seu objetivo não é apenas apresentar termos de comparação, mas, propondo um caso exemplar numa roupagem histórica, isto é, considerando seu contexto histórico, ela questiona e incentiva determinadas condutas. Mediante personagens-modelo, ela sugere exemplos daquilo que o leitor deve ou não fazer. O central é a *práxis*, a conduta que deve ser alcançada, enfim, a construção do *ethos*

alternativo ao questionado, como podemos evidenciar no texto de Mt 18, 23-35 (RICHTER REIMER, 2004, p. 286).

Conforme Kunz (2008) as parábolas são a “expressão natural de uma mentalidade que vê a verdade em imagens concretas em vez de concebê-la por meio abstratos”. Assim, pode-se dizer que as parábolas não são apenas ilustrações, mais do que isso, têm um caráter argumentativo que convidam o ouvinte a julgar sobre a situação descrita. Dessa forma, uma parábola

pode ser comparada com um espelho. Serve para que os ouvintes enxerguem, através dela, o que sem ela não poderiam ver, ou seja, seu próprio rosto, sua própria realidade. Algumas pessoas, insatisfeitas, preferem às vezes quebrar o espelho, em vez de tentar mudar o seu rosto. Assim, são duas as reações fundamentais às parábolas de Jesus: uns rejeitam Jesus e querem matá-lo (cf. Mc 3,6;12;12); outros percebem que podem mudar a vida e seguir Jesus (KUNZ, 2008, p. 743).

Kunz (2008, p. 747) destaca ainda que o ponto principal de uma parábola deve ser comparado teologicamente com os ensinamentos de Jesus e com o resto das Escrituras, sendo que a unidade das Escrituras se manifesta quando o ensino básico de uma parábola foi completamente explorado e corretamente entendido.

Nolan (1987, p. 178) por sua vez, chama a atenção para o fato de que as parábolas não são ilustrações de doutrinas reveladas; são obras de arte que revelam, que despertam a fé e que ajudam a descobrir a verdade sobre a vida. Nesse sentido, o único objetivo das parábolas é levar os ouvintes a descobrir ‘algo’ ou “ver” a verdade por si mesmos. É por isso que as parábolas de Jesus sempre terminam com um questionamento explícito ou implicam que o ouvinte precisa dar uma resposta por si mesmo, vejamos os seguintes exemplos:

“Qual dos três em sua opinião foi o próximo?” (Lc10,36); “Qual dos dois o amará mais?” (Lc 7,42); Que vos parece? Qual dos dois realizou a vontade do Pai?”(Mt, 21,28.31); “Pois bem, o que lhes fará o dono da vinha?”(Lc 20,16). As parábolas da ovelha perdida e da dracma perdida foram formuladas quase

inteiramente como perguntas (Lc 15,4-10; Mt 18, 12-14) (NOLAN, 1987, p. 178).

Outro ponto importante em relação às parábolas é que elas não foram dirigidas aos discípulos e nem aos pobres e oprimidos, mas aos adversários de Jesus que não aceitavam sua autoridade. No entanto, quando falava com os seus discípulos e com as multidões que o aceitavam como Senhor e Mestre, então falava com autoridade. Por outro lado, segundo Nolan (1987, p. 179), Jesus esperava que seus discípulos também julgassem por si mesmos (Lc 12,57), bem como lessem os sinais dos tempos por si mesmos (Lc 12,54-56; Mt 16,2-3).

Brakemeier (1987, p. 14) afirma ainda que as parábolas contam uma história, um acontecimento corriqueiro que fazia parte do dia-a-dia das pessoas, mas o ouvinte atencioso percebe imediatamente que estas histórias não são reportagens, antes devem ser entendidas como ilustrações, como narrativas transparentes para um sentido profundo. Com suas palavras Jesus quer mostrar como Deus age e como as pessoas devem reagir. Portanto, as parábolas focalizam um aspecto do Reino de Deus, que pode ser exemplificado com o auxílio de algo que faz parte da realidade humana.

Resumindo este capítulo:

No Antigo Testamento encontramos várias referências de Deus como Pai. Mas a novidade trazida por Jesus reside na maneira de invocá-lo (verticalidade), ou seja, dirigia-se ao seu “Abbá”-Pai demonstrando uma relação de profunda intimidade e confiança, o que acreditamos ter sido o sustentáculo para a sua profunda ligação com as pessoas (horizontalidade), em especial, com os pobres e marginalizados de todas as espécies, sendo que esse era também o seu campo de ação para a prática da misericórdia e da compaixão, características intrínsecas de sua práxis libertadora.

Como ser humano, Jesus demonstrou-se necessitado de Deus, isso se confirma através de suas leituras dos textos sagrados, bem como das inúmeras vezes e ocasiões em que se retirava para a oração. Desse modo, percebe-se uma dinâmica entre o envolvimento com o

povo e a prática da oração, que era fortalecida e orientada pelo poder do Espírito Santo, sempre presente e atuante na vida de Jesus desde antes do seu nascimento até os seus últimos dias sobre a terra.

E para dar continuidade ao seu projeto Jesus convocou homens e mulheres, que chamou de amigos (discípulos/as). Com esse pequeno grupo de pessoas fez questão de compartilhar tudo o que tinha ouvido do Pai (Jo 15,15). Certamente os seguidores de Jesus logo perceberam que a proposta dele era muito diferente dos ensinamentos de outros mestres, visto que havia coerência entre o que ele ensinava e o que ele vivia. Desse modo, não somente foram atraídos e motivados para seguir Jesus como também para levar adiante a mensagem de vida, amor, misericórdia e libertação que ele trouxe.

No próximo capítulo serão apresentados alguns conceitos e formas de espiritualidade, com foco principal para a cristã, bem como algumas características e contribuições desse tipo espiritualidade, que perfeitamente podem ser colocadas em prática por homens e mulheres do nosso tempo.

4 CONCEITUANDO A ESPIRITUALIDADE

Embora nem sempre se saiba ao certo o que as pessoas entendem por 'espiritualidade', percebemos a utilização desse termo de forma cada vez mais frequente, não só no âmbito das religiões, como também nos meios seculares que não estão vinculados a nenhum grupo ou movimento religioso específico.

Além do aumento no uso da palavra, observa-se um interesse crescente pelos assuntos ligados à espiritualidade, o que tem levado um grande número de pessoas a se debruçar sobre o tema, conseqüentemente, tem crescido também a oferta de literaturas a respeito. Nesse contexto, assistimos à proliferação de todos os tipos de espiritualidades pessoal e mística, que se desenvolvem de maneira relativamente independente, sem, contudo, provocar impacto no conjunto da sociedade. Isso porque, na maioria das vezes, é uma busca que se inicia no interior da pessoa, cuja motivação é a sua necessidade de transcendência.

Antes de adentrarmos no tema específico da espiritualidade cristã, julgamos necessário apresentar alguns conceitos sobre o que se entende pela palavra espiritualidade.

O Dicionário Brasileiro de Teologia traz a seguinte definição para o termo (BUTZKE, 2008, p. 387):

Espiritualidade remonta ao adjetivo latino *spiritualis*, tradução do grego *pneumáticos* (1 Co 2, 14-3. 3), designando o ser humano (*homo spiritualis*) inspirado e determinado pelo Espírito de Deus. O conceito moderno de espiritualidade tem sua origem na palavra francesa *espiritualité*, que, desde o século XVII, no âmbito da teologia das ordens religiosas católicas francesas, é termo técnico para a relação pessoal com Deus e a vivência da fé. Espiritualidade é a expressão exterior e corporal da fé interior motivada pelo Espírito Santo. Ela inclui fé sob as condições da vida cotidiana, abrangendo as dimensões, individual, familiar, comunitária e social.

Para McGrath (2008), a expressão está baseada na palavra *ruach*, termo hebraico geralmente traduzido por "espírito", que inclui

amplo campo de significados, abrangendo também “fôlego” e “vento”. Desse modo, falar sobre o “espírito” significa

discutir sobre o que dá vida e ânimo a uma pessoa. “Espiritualidade” trata, então, da vida de fé – aquilo que a impulsiona e motiva, e o que as pessoas consideram útil para sustentá-la e desenvolvê-la. [...] Não se trata apenas de idéias, embora as idéias básicas da fé cristã sejam importantes para a espiritualidade cristã. Trata-se de como a vida cristã é concebida e exercitada. Trata-se da plena compreensão da realidade de Deus (McGRATH, 2008, p. 20).

Quando falamos de espiritualidade, não devemos nos esquecer de que no passado, esse assunto foi tratado de maneira dissociada ou separada do corpóreo e material, no entanto, pelo que parece,

retornamos para mais perto do pensamento globalizante da Bíblia. Não se pode departamentalizar a vida humana, separando o espiritual e o material. Espírito e matéria são duas dimensões do ser humano. Espiritualidade designa uma forma de viver que abrange todas as dimensões da existência humana. É a vida humana vivida com espírito, pois os limites da pessoa transcendem os limites de sua pele (ZILLES, 2006, p. 20).

Continuando nossa fundamentação em Zilles (2006), o ponto de partida para uma reflexão sobre espiritualidade é a encarnação. Nesse sentido, a espiritualidade não é um acréscimo, ela exprime a própria identidade numa situação concreta e diz respeito à pessoa como um todo: em seu corpo e em sua alma, quando trabalha ou descansa, quando se alimenta ou reza; em seus sonhos, desejos e pensamentos. Desse modo, a vida espiritual é um processo sempre inacabado, imperfeito, mas perfectível enquanto caminheiros e peregrinos neste mundo.

King (2005) afirma, com base nos ensinamentos do Pe. Teilhard Chardin, que a espiritualidade é reconhecida como um importante agente para a transformação pessoal e social, desempenhando também um papel bastante significativo no diálogo inter-religioso, na educação, nas negociações de paz, no movimento das mulheres, na ecologia e em outros processos da atualidade. Além disso, o desenvolvimento espiritual caracteriza-se pela reflexão, pela atribuição de sentido à experiência, pela valorização de uma dimensão não-

material da vida e por pressentimentos de uma realidade duradoura (KING, 2005, p. 5).

Desse modo, a 'vida sobrenatural' não é uma montagem por cima ou ao lado do dia-a-dia. É a presença e o reconhecimento saboroso de Deus nos acontecimentos diários, visível em cada pessoa humana e em cada passo de nossa caminhada.

Nos livros sagrados dos judeus e cristãos, a espiritualidade se define como uma forma de ser no mundo. Nessa perspectiva, o cristão lê os acontecimentos do mundo à luz da fé para libertar-se da idolatria e viver em solidariedade com os semelhantes. Aliás, esse ideal de realização humana foi concretizado no homem Jesus de Nazaré (ZILLES, 2006, p. 5).

Assim sendo, levando-se em conta a realidade do mundo em que vivemos, considerando todos os aspectos que a compõem; alegrias, dores, esperanças, injustiças, expectativas etc, entendemos que a Bíblia pode nos auxiliar na concretude de uma espiritualidade verdadeira e autêntica que realmente possa fazer a diferença no mundo.

4.1 A BÍBLIA COMO FUNDAMENTO PARA A ESPIRITUALIDADE

A Bíblia é reconhecida como fundamental para a vida e o pensamento judaico e cristão, no entanto, é importante entender que ela pode ser lida de diversas maneiras, tendo em vista outras finalidades, como

documento histórico destinado às pessoas que se interessam em entender a história de Israel e das nações vizinhas na época do Rei Salomão. [...] pode ser lida como fonte de idéias cristãs, como por exemplo, por quem deseja descobrir o que Paulo pensou sobre a natureza da Igreja (McGRATH, 2008, p. 150).

Além de fonte de informação histórica e teológica, os cristãos buscam na Bíblia uma fonte de sustento e refrigério para as questões existenciais humanas. Sendo que os modos de interpretação desse

livro estão intimamente relacionados com as preocupações, perguntas e interesses da pessoa que faz a leitura (McGRATH, 2008, p. 150).

Nessa mesma linha, Dietrich (2008, p. 569) afirma que as sociedades são formadas por grupos constituídos por interesses divergentes e contraditórios e considerando que Deus e sua palavra são fornecedores de sentido e legitimadores de normas, leis e instituições, cada grupo procura aproximar Deus e sua palavra da sua visão de mundo e respectivos interesses.

Assim, na leitura popular da Bíblia, o texto é percebido como

fruto de uma comunidade que crê no Deus da *Vida*, e os pobres, fazendo de sua vida uma ponte com a vida do povo da Bíblia, incorporam-se a esse movimento e tornam-se os sujeitos da interpretação. Descobrem que o sagrado está na vida e não nas letras. A Palavra de Deus, a Boa Nova, manifesta-se na interpretação que atualiza a ação salvífica, cuidadora e libertadora de Deus para com os pobres e com a vida, que promove hoje a experiência concreta da presença e ação de Deus que fundamentam a fé de Israel e de Jesus (DIETRICH, 2008, p. 571).

Desta forma, a Bíblia pode ser lida independentemente de uma instituição ou confissão eclesial - de forma ecumênica, já que a defesa da vida e o grito dos empobrecidos e empobrecidas de todas as religiões e fora das religiões clamam por justiça social 'condizente' com a dignidade humana.

Wiese (2008, p. 105) afirma "que a Bíblia tem uma história transmissível – oral e escrita – milenar. Cópias de manuscritos, traduções e impressões, revisões e leitura continuada que constituem um fenômeno linguístico universal e único."

Nesse sentido, o mundo e sua história constituem o âmbito em que se faz presente e atuante a força libertadora de Deus. No Antigo Testamento, a história de Abraão e Moisés são exemplos eloquentes da manifestação de Deus no meio do seu povo:

Na migração de Abrão que procura uma terra para estabelecer-se e sobreviver, Deus se revela como alguém que sempre nos convida a sair de nossa terra, de nossas falsas seguranças. A teologia do êxodo evoca um acontecimento secular: Moisés viu como um egípcio maltratava impunemente um hebreu, e se pôs do lado do oprimido. Unindo-se a Moisés, o povo escravizado reagiu contra seus opressores. Nesse acontecimento secular, aquele povo teve a experiência de Deus como libertador (ESPEJA, 1994, p. 118).

Em relação à conduta histórica de Jesus no Novo Testamento, Espeja (1994, p. 118) vem afirmar que a cristologia destaca que a sua divindade se manifesta de forma original e secular, ou seja: gestos e palavras humanas dentro de um tempo, num espaço e numa cultura, nos mesmos condicionamentos de todos os mortais. E, interpretando esse acontecimento secular, à luz do Espírito Santo, os primeiros cristãos puderam experimentar por meio da conduta de Jesus a presença pessoal e salvadora de Deus, de forma visível e concreta.

Desse modo a Bíblia não oferece definições, teses, nem formulações filosóficas, mas manifesta uma impressão, uma experiência de fé que demonstra que Deus está perto e caminha com o seu povo. Tal presença é perceptível através de situações concretas vivenciadas por homens e mulheres que se dispõem a ‘percorrer o caminho’, sem se ‘conformar com este mundo’ (Rm 12,2), mas iluminados pela palavra que é fonte de vida, sejam “perfeitamente habilitados para toda boa obra” (2Tm 3,17).

Assim, embora a Bíblia seja o livro mais vendido e difundido no mundo, podemos duvidar que seja lida na mesma proporção, visto que além do ‘analfabetismo bíblico’, tem ela ainda de competir com as novelas, futebol e outras programações da indústria da diversão que vão preenchendo o tempo das pessoas de forma cada vez indiscriminada. Desse modo, fazer com que a Bíblia adquira mais vida em nossa vida e seja realmente uma fonte de espiritualidade constitui um desafio e tanto para homens e mulheres cristãos do nosso tempo.

Nesse sentido, o papa Bento XVI nos recorda que ‘o discípulo’, fundamentado na rocha da Palavra de Deus, sente-se motivado a levar a Boa Nova da salvação a seus irmãos. Discipulado e missão são como os dois lados de uma mesma moeda: quando o discípulo está enamorado de Cristo, não pode deixar de anunciar ao mundo que só Ele salva (At 4,12) e que sem ele não há esperança, não há amor, não há futuro. De acordo com o Documento de Aparecida (2007, Item 146), além do anúncio da palavra, a evangelização, contempla de forma

especial, a opção preferencial pelos pobres, a promoção humana integral e autêntica libertação cristã.

Nessa mesma linha, o Documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB n.66), destaca que o anúncio da palavra não se dará somente pela pregação, mas mostrando a eficácia da Palavra manifestada através do amor de Deus pela humanidade, os quais atuam para a libertação das forças do mal e promovem a dignidade de cada pessoa humana. Dentre esses sinais, destaca-se o dom do serviço ou do amor-caridade (*ágape*), cuja autenticidade pode ser comprovada através do amor preferencial pelos pobres, que a exemplo de Jesus, atribuiu a eles o Reino de Deus.

Para Reimer e Richter Reimer (2008, p. 858), o Reino de Deus é uma experiência pessoal e uma realidade que a tudo abarca e transforma, de modo especial:

doentes e abandonadas nas estradas da vida (Lc 14,15-24). [...] aos pequeninos, às crianças (Lc 18,15-17 e pararelo) as pessoas empobrecidas (Mt 5,3/Lc 6,20) às pessoas que são perseguidas por causa da justiça (Mt 5,10), às prostitutas que precedem aos “senhores” Mt 21,31).

A lógica dominante e a dinâmica sócio-religiosa experimentarão uma inversão através do poder dinâmico do Reino de Deus (Mt 21,43 no contexto; 20,16). [...] O Reino de Deus, portanto, é uma dádiva presenteada por graça, à qual corresponde a uma determinada ética: amar a Deus e às pessoas próximas através de palavras e da prática da justiça (Mc 12,34; Mt 5,19-20).

Dessa forma compete a todas as pessoas cristãs do nosso tempo vivenciar e manifestar através de palavras e ações uma autêntica espiritualidade, fundamentada na práxis libertadora de Jesus, de modo que possam ajudar a transformar o mundo a partir de si mesmas, sendo testemunhas vivas do evangelho de Cristo que continua dando vida e sentido à nossa caminhada.

O Papa Bento XVI em sua encíclica *Deus Caritas Est* (Item 12) ressalta a íntima compenetração dos dois Testamentos como única Escritura da fé cristã. No Antigo Testamento a novidade bíblica não consistia simplesmente em noções abstratas, mas na ação imprevisível e, de certa forma, inaudita de Deus. A verdadeira novidade do Novo

Testamento não reside em novas idéias, mas na própria figura de Cristo, que dá carne e sangue aos conceitos, bem como um incrível realismo. A ação de Deus ganha agora a sua forma dramática devido ao fato de que, em Jesus Cristo, o próprio Deus vai atrás da ovelha perdida, que representa a humanidade sofredora e transviada. Nesse sentido, quando Jesus fala, nas suas parábolas, do pastor que vai atrás da ovelha perdida, da mulher que procura a dracma, do pai que sai ao encontro do filho pródigo e o abraça, não se trata apenas de palavras, mas constituem a explicação e configuração do 'seu próprio ser e agir'.

Vale aqui, com base em Brakemeier (1987, p. 64), ressaltar o que a Bíblia não é:

[...] um resumo sistemático das verdades cristãs. Ela não é uma espécie de compêndio dogmático, nem uma declaração de princípios ou algo parecido a estatutos, decreto-lei ou um catecismo votado em Concílio Geral. [Visto que] os escritos do Antigo e Novo Testamento surgiram, muito antes, espontaneamente, de determinadas necessidades práticas. Eles surgiram da vida de pessoas e foram redigidos para a vida do povo. Isto vale tanto para os antigos credos, contidos na Bíblia, como também para as obras do Pentateuco, dos profetas, dos evangelhos e as cartas do Novo Testamento.

É importante considerar que a Bíblia tem o seu lugar histórico, a partir do qual deve ser entendido e para o qual se destina. O apóstolo Paulo, por exemplo, ao escrever as suas cartas, nem de longe tinha em mente a vida e circunstâncias em que vivemos hoje. De igual modo, Lucas, Mateus, o autor do apocalipse etc.

Nesse sentido, Richter Reimer (2005) afirma que não precisa ser um 'profissional' para ler a Bíblia, mas na medida em que lemos, relemos e interpretamos os textos/ histórias sagradas - levando em conta a nossa própria vida - tornamo-nos sujeitos teológicos, permitindo assim, uma interpretação da nossa vida e relações levando-se em conta as experiências com o Sagrado, que também estão testemunhadas nos textos bíblicos. Desse modo, ler a Bíblia e fazer Teologia torna-se algo relacional, mais aberto e profundo. Para isso,

não basta abrir a Bíblia; é necessário também abrir a própria vida e colocá-la em contato com a vida que está presente nas experiências narradas na Bíblia. Afinal, esta não é apenas um amontoado de relatos organizados por alguns homens, mas

nela estão contidos milhares e diferentes histórias e testemunhos de vida, vividos e transmitidos por mulheres, homens, crianças e pessoas idosas (RICHTER REIMER, 2005, p. 9).

Assim sendo, não foi a intenção dos evangelistas conservarem o patrimônio das palavras de Jesus inalterado para a posteridade, de modo que em todos os lugares e em todos os tempos tivessem o mesmo significado. Pelo contrário, eles atualizam, releem e recontam a história de Jesus, levando em conta as condições, identidades e perguntas de suas comunidades, tirando-lhes as consequências para elas e para si mesmos (BRAKEMEIER, 1987, p. 64).

4.1.1 A Identidade e a Vida de quem Lê a Bíblia

Considerando que Deus sempre respeita a liberdade do ser humano, o sentido da palavra não se impõe, ou seja, passa por um investimento de leitura/percurso interpretativo que depende - de forma integrada - de nossos olhos, nossos ouvidos e de nosso coração. O significado deve, portanto, ser construído individualmente, aqui e agora (FORTIN-MELKEVIK, 1997, p. 115).

De acordo com a autora acima citada, há que se considerar três aspectos importantes da pessoa que faz a leitura de um texto sagrado, quais sejam:

A interpretação de si mesmo, do texto e da tradição. Do ponto de vista do leitor, o distanciamento, a diferenciação e a relação diferida ao texto e à sua experiência o abrem a si mesmo e aos outros. As interpretações de outros leitores serão outras tantas aberturas à pluralidade do texto e à pluralidade da tradição que farão eclodir um sentido secreto. A validação das leituras se fará através das múltiplas formas que o desabrochamento do humano poderá tomar e nos mil rostos da maturidade dos cristãos (FORTIN-MELKEVIK, 1997, p.116).

Dessa forma, ler, interpretar o texto e a tradição levando em conta a identidade narrativa do/a leitor/a vai ajudar a constituir a via para cada pessoa afirmar e confessar a sua fé. Assim, “a maturidade do cristão consiste em viver na liberdade, fora de uma interpretação

fixa e dada: a construção da interpretação implica em arriscar-se – com outros – na busca do sentido” (FORTIN-MELKEVIK, 1997, p. 115).

Vale ressaltar ainda que, conforme Reimer (2006, p.8-9), em meio a tantos e diversos movimentos sociais por estas terras latino-americanas, a Bíblia tem sido fonte geradora de esperanças, utopias e heterotopias, sendo que ela

não serve somente para reforço e a conservação de estruturas e instituições já sedimentadas, mas é sobretudo uma mina, na qual podemos “garimpar” textos de inspiração e sabedoria em questões de ética, ecologia e espiritualidade. Estamos aí diante de tradições submersas, atropeladas. É necessário resgatar tais tradições de espiritualidade judaica e cristã de crítica do poder, de ética, de espiritualidade, que deram aos despossuídos de poder a força e coragem para seu empoderamento, para opor-se aos que abusaram e abusam tanto do poder quanto das pessoas despossuídas de poder.

Os relatos bíblicos deixam evidente a presença de Deus que caminha com o seu povo. De modo especial, no Novo Testamento através da presença atuante de Jesus, que fez questão de manifestar através de sua práxis libertadora (palavras e ações) o rosto misericordioso de seu “Abbá”-Pai e nosso Pai. Assim, aprofundar o conhecimento sobre Jesus Cristo nos motiva e capacita para vivermos uma autêntica espiritualidade cristã, que pode até ter a religião como um passo ou uma das vias para alcançá-la.

Concluimos esse item com uma afirmação de Murad (2007, p. 125), que nos convida a refletir: “Embora a religião tenha a pretensão de ser a única expressão de fé, da espiritualidade e da religiosidade, há uma relação de continuidade e descontinuidade entre elas”. Dentro desse contexto, muitas pessoas podem simplesmente ser praticantes de uma religião, sem, contudo, chegar a uma autêntica espiritualidade.

4.1.2 A Religião como um Caminho para a Espiritualidade

Não é raro encontrarmos pessoas que confundem religião e espiritualidade, o que não tem nada a ver com devoções antigas e impostas pela maioria das religiões. Enquanto que a espiritualidade é

uma vivência que se inicia no interior da pessoa e transcende para o exterior, a religião pode ficar apenas na exterioridade das práticas e dos ritos.

De acordo com Roos (2008, p. 859) o termo religião é anterior ao surgimento do Cristianismo e geralmente designa a busca de sentido do ser humano em uma relação com o sagrado que se expressa em termos simbólicos. Embora o significado etimológico do termo seja incerto, uma das compreensões atesta que:

o termo latino *religio* deriva de *religere*, que denota a atitude de estar atento, refletir, observar. Nesse sentido, religião diz respeito àquilo que exige cuidado, zelo e dedicação por parte do ser humano. A outra possibilidade é a de que o termo provenha de *religare*, descrevendo a busca do ser humano por ligar-se novamente a Deus (ROOS, 2008, p. 859).

Mesmo considerando que haja diferenças significativas entre as diversas religiões e seja difícil encontrar uma definição abrangente para o termo, é possível afirmar que na maioria das religiões há algo que nos possibilita perceber certa unidade em meio à diversidade, afirma Roos (2008, p. 861):

As diversas religiões envolvem a questão do sagrado entendido enquanto santo, separado, aquilo que é diferente do curso habitual das coisas. A relação com o sagrado acontece por fé e tem como objeto Deus ou, em termos amplos, o que se entende por divino. Esta relação com o sagrado ou com Deus implica a recepção de uma revelação, na qual o divino desvela elementos que, de outro modo, permaneceriam encobertos para o ser humano. Deve-se notar, entretanto, que a divindade não é necessariamente algo constitutivo de todas as religiões. Tal é o caso do budismo, que não lida necessariamente com a noção de deus ou divino (ROOS, 2008, p. 860-61).

Além do aspecto do sagrado, a religião envolve também a questão existencial, que se traduz na busca de sentido para a vida, e, conseqüentemente, a um entendimento de significado para a morte, que pode se articular no horizonte da pergunta pela salvação da alma e/ou do corpo. Além disso, as religiões em geral implicam uma conduta moral e uma reflexão ética, que envolve, por exemplo, leis virtudes, solidariedade e amor (ROOS, 2008, 861).

Roos (2008) destaca ainda que o adjetivo “religioso”, muitas vezes é usado para denotar apenas um tipo de comportamento moral de uma pessoa, quando de fato, a atitude religiosa deveria ser entendida de modo mais amplo, ou seja, abrangendo a pessoa em sua totalidade. É nesse aspecto da inteireza do ser humano que a prática de uma religião pode coadunar com a espiritualidade.

King (2005) afirma que alguns entendem que o espiritual é mais amplo, mais disseminado e menos institucionalizado do que o “religioso”, ao passo que outros consideram o espiritual como o verdadeiro centro e coração da religião, que se expressa particularmente por meio da experiência místico-religiosa. Visando evitar uma concepção dualista e falsamente idealizada de espiritualidade, muitos autores tentam propor uma definição mais abrangente e inclusiva. Em trabalhos recentes, a espiritualidade tem sido descrita como um empenho para crescer em termos de sensibilidade ou como uma exploração daquilo que diz respeito ao processo de humanização.

Leonardo Boff (1999) defende o ponto de vista de que a espiritualidade deve vir à frente da religião. Para o autor, a espiritualidade é capaz de ligar, religar e integrar com algo (no caso um Ser Divino). Muitas pessoas tornam-se especialistas em dogmas, ritos e crenças (religião), o que pode até ser um dos caminhos para se chegar a uma autêntica espiritualidade. No entanto, isso não é determinante para se atingi-la. Por isso, juntamente com Boff, aceitamos a idéia de que a espiritualidade deve ser priorizada e não apenas a religião.

Além do que já foi exposto acima, entendemos que em se tratando de espiritualidade, dois conceitos não podem passar despercebidos: o ‘misticismo’ (que será abordado logo à frente) e em especial o ‘ascetismo’. De acordo com Weber (1982, p. 374) enquanto que a atitude do místico é de humildade específica e minimização da ação, o ascetismo deste mundo prova-se através da ação. Para o asceta deste mundo, a conduta do místico é um gozo indolente do “eu”; para o místico, a conduta do asceta (voltado para o mundo) é uma

participação nos processos do mundo combinado com uma hipocrisia complacente.

Tanto o ascetismo como o misticismo interior-mundano condenam o mundo social à absoluta falta de sentido ou pelo menos sustentam que os objetivos de Deus, em relação ao mundo social, são totalmente incompreensíveis. No entanto, apesar de toda maldade, o mundo é considerado como portador de, pelo menos, traços do plano divino de salvação (WEBER, 1982, p. 388).

Vale ressaltar que não existiria religião se não existisse o ser humano, uma vez que esta (a religião) é 'criatura' do próprio homem e por isso mesmo, reflete toda a realidade em que ele vive. Se ela é precária, é porque precário é o conteúdo da vida real dos seres humanos. Assim, "a religião é de fato a autoconsciência e o sentimento de si do homem, que não se encontrou ainda, ou voltou a perder-se" (MARX, 2004, p. 45).

Desse modo, a religião enquanto 'criatura' do homem deveria estar a serviço do homem e não o contrário; se isso não acontece, ela serve, pelo menos, para retratar a sua realidade. Se o ser humano está enfermo, ele pede saúde, se está em conflito, pede paz, se está desempregado, pede trabalho, e assim por diante. Dessa forma, a religião 'oferece' ao ser humano aquilo que a sociedade está buscando com ela e por meio dela.

Berger (1985, p. 99) resalta que "a religião tem sido um dos mais eficientes baluartes contra a anomia ao longo da história humana". No entanto, esse mesmo fato está diretamente relacionado à propensão que a religião tem de se tornar alienante.

Por outro lado, o mundo feito pelo homem é explicado em termos que negam sua produção pelo homem, já que a 'receita' fundamental de legitimação religiosa é a transformação de produtos humanos em facticidades supra-humanas ou não-humanas. Dessa forma, o *nomos* humano torna-se um cosmo divino, ou pelo menos, uma realidade, cujos significados são derivados de fora da esfera humana (BERGER, 1985, p. 102).

Há uma passagem interessante na obra “Zorba, o Grego” em que um monge fala de suas teorias sobre a vida, em especial, chamou a minha atenção, em virtude do tema pesquisado, a que diz o seguinte:

Há eternidade, mesmo em nossa vida efêmera, mas é muito difícil descobri-la sozinhos. As preocupações cotidianas nos desviam. Somente alguns [...] conseguem viver a eternidade, mesmo em sua vida efêmera. Como os demais se perderiam, Deus por piedade lhes mandou a religião – e assim o vulgo pode também viver a eternidade (KAZANTZAKIS, 1974, p. 246).

Poderíamos nos perguntar então, seria possível viver a eternidade ou tornar-nos espiritualizados sem a ajuda de uma religião? No dizer King (2005, p. 5), isso realmente é possível, mas não há dúvida de que,

todas as pessoas precisam se educar para uma maior conscientização, a fim de que possam descobrir seu próprio potencial espiritual. Como foi corretamente observado, “pouquíssimas pessoas poderão realizar-se na vida espiritual sem de algum modo estudá-la, seja em termos teóricos, seja em termos práticos”. No passado, essa educação para a espiritualidade sempre se deu no contexto de uma fé particular, em um ambiente social e institucional definido de uma tradição religiosa específica. A espiritualidade era uma experiência vivida, uma práxis que se formulava em ensinamentos particulares, como disciplinas espirituais e aconselhamentos para a perfeição, que por sua vez poderiam guiar outras pessoas no caminho da santidade. Mas essa santidade nem sempre era total, no sentido em que hoje a entendemos, como o desenvolvimento integral de toda a pessoa humana em um relacionamento equilibrado com seus semelhantes, inseridos em uma comunidade. Muitas vezes, era unilateral, anti-social e especialmente misógina. [Lembrando que] no passado, boa parte da espiritualidade foi desenvolvida por uma elite social, cultural e intelectual masculina.

De acordo com King (2005), a espiritualidade do passado pode ser vista como fundamentalmente dualista e fragmentária, tendo em vista a tendência de segregação dos homens e mulheres, por separá-los entre si e do mundo, por discriminar claramente a experiência do corpo, o trabalho e a matéria da experiência do espírito. No entanto, percebe-se que as mulheres estão reagindo cada vez mais a todos os tipos de condições adversas e indo em busca de seu crescimento espiritual, encontrando inclusive, o seu espaço junto ao sexo masculino, como também a vivência de uma espiritualidade mais integrativa, dos seres humanos entre si e com toda a natureza.

Assim sendo, quer seja dentro de uma religião/igreja, ou mesmo fora dela, a espiritualidade que pode fazer a diferença no mundo pós-moderno é, acima de tudo, uma espiritualidade integrada, que envolva a participação de homens e mulheres a serviço da vida, da promoção e valorização da dignidade de todos os seres humanos. Entendemos que isso é perfeitamente possível quando se busca conhecer e colocar em prática os ensinamentos de Jesus de Nazaré.

4.2 A ESPIRITUALIDADE CRISTÃ

Embora estejamos vivenciando um cenário de mudanças significativas em todas as esferas da sociedade, com o surgimento de novas práticas, crenças e formas de conceber, de interpretar e relacionar com a divindade, acreditamos que conhecimento sobre Jesus e sua práxis continuam fundamentais e de grande valia para todas as pessoas que queiram vivenciar uma espiritualidade cristã de forma autêntica.

McGrath (2008, p. 21) apresenta a seguinte definição para ‘espiritualidade cristã’:

No cristianismo, a espiritualidade significa viver o encontro com Jesus Cristo. A expressão “espiritualidade cristã” refere-se a como a vida cristã é entendida e às práticas devocionais explícitas desenvolvidas com vistas a nutrir e sustentar esse relacionamento com Cristo. A espiritualidade cristã pode, então, ser compreendida como a maneira pela qual indivíduos ou grupos cristãos buscam aprofundar sua experiência com Deus ou “praticar a presença de Deus”.

Para Espeja (1994, p. 57), “espiritualidade cristã não é outra coisa, senão viver segundo o espírito de Cristo, recriar na própria existência e numa situação histórica as motivações, as atitudes fundamentais e o comportamento de Jesus”.

No 23º Congresso Internacional da SOTER, “Religiões e Paz Mundial”, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 12 e 15 de julho de 2010, conversando com uma pessoa que também se interessa bastante pelo assunto, ouvi a seguinte afirmação: “Onde quer que vá ou esteja – uma pessoa espiritualizada – ela carrega consigo a sua espiritualidade.”

Dessa forma, pode-se afirmar que não se separa a pessoa de sua espiritualidade, uma vez que este valor envolve a pessoa toda, conforme diz Espeja (1994, p. 33): “Toda existência humana, em todos os seus momentos e âmbitos, entra na esfera da espiritualidade”. Por esse motivo, não justifica, nem é coerente, uma pessoa ser honesta em casa (família) e na igreja e desonesta na empresa e vice-versa, ou educada com os amigos e conhecidos e ser grosseira e desrespeitosa com os desconhecidos.

Assim sendo, assumimos a premissa de que a vivência da espiritualidade cristã é o que leva uma pessoa “a crescer na graça e no conhecimento do Senhor Jesus” (2Pd 3,18). Ninguém chega a ser uma pessoa espiritualizada sem esforço, sem estudo e sem praticar o que se aprendeu. Isso fica evidente na reflexão proposta por Libanio (1999, p. 30): “Como um adolescente cresce? Fisicamente é comendo, e assim, ele espicha. Os hormônios se encarregam disso. Mas o crescimento espiritual não se faz com antibiótico, nem com hormônio, nem com vacina, faz-se com um trabalho profundo e pessoal.”

Embora a nenhum de nós tenha sido possível decidir ou escolher quanto ao próprio nascimento, através de Jesus, é-nos facultada a opção de um ‘novo nascimento no Espírito’, que inclusive, é condição para entrar no Reino de Deus (Jo 3,1-7).

Nesse sentido, acreditamos que a vida de Jesus é central e essencial para que a espiritualidade cristã dê vida e seja fecunda, caso contrário, se desvia e torna-se estéril. A espiritualidade de Jesus é que nos faz superar o medo, a preguiça e o comodismo para atualizarmos em nossa vida os seus ensinamentos.

4.2.1 Formas Históricas da Espiritualidade Cristã

Com base em Butzke (2008), a espiritualidade cristã apresentada no Novo Testamento e desenvolvida ao longo da história da igreja, pode ser subdividida em várias formas, das quais focamos a nossa atenção em apenas duas, quais sejam:

4.2.1.1 Espiritualidade bíblico-meditativa

Esta forma de espiritualidade desenvolvida pelo monaquismo (sec.IV) caracteriza-se por dois tipos de meditação: a *ruminatio* e a *lectio* divina. De acordo com Butzke (2008, p. 388):

A *ruminatio* (SI 1.2) utiliza palavras bíblicas avulsas que são recitadas em voz baixa e meditadas, isto é, “ruminadas” no “estômago” na inteligência e na memória. As palavras impregnadas do poder divino penetram no subconsciente do orante, curando e santificando. Com fortes componentes corporais e psicológicos, esse método permaneceu intacto no cristianismo oriental da “oração do coração”.

No cristianismo ocidental floresceu o método mais cognitivo e reflexivo, a *lectio divina*. A forma clássica da *lectio* divina foi formulada pelo monge cartuxo Guido II (1087-1137) como “Escada dos Monges”, com quatro degraus: leitura, meditação, oração e contemplação. Sobre a função de cada degrau, escreveu Guido II: “A leitura está na casca, a meditação na substância, a oração na petição do desejo, a contemplação no gozo da doçura obtida” (*LECTIO DIVINA*, p. 15).

A *devotio* moderna (movimento leigo da Alta Idade Média) detalhou os passos propostos pela *lectio* divina e teve grande influência sobre a espiritualidade da igreja ocidental, como por exemplo, em Martin Lutero (1483-1546) e Inácio de Loyola (1491-1556). Este último desenvolveu um método de exercícios espirituais, realizados em forma de retiro de até 30 dias, cujo centro é a meditação do texto bíblico com as três potências da alma (inteligência, memória e vontade). “A revisão das orações e meditações, o discernimento das moções da alma, o diálogo com o orientador e o silêncio interior e exterior completam a dinâmica dos exercícios inacianos” (BUTZKE, 2008, p. 388).

4.2.1.2 Espiritualidade da libertação

Continuando nossa fundamentação no Dicionário Brasileiro de Teologia (BUTZKE, 2008, p. 390), podemos entender que a situação de desigualdade, injustiça social, corrupção e ditadura levaram à articulação da Teologia da Libertação na América Latina no final da década de 60, que nasceu como resultado do envolvimento de pessoas

e grupos nos movimentos populares de libertação, formada pelos sindicatos, partidos de esquerdas e pastorais eclesiais.

Esta forma de espiritualidade tem como característica principal a opção preferencial pelos pobres. A conversão a Deus tem que passar pela conversão ao oprimido. Nesse sentido, fé e realidade (de opressão) se encontram, e como resultado desse encontro, nasce a mística da libertação, que significa experienciar Deus no pobre. A leitura popular da Bíblia (lida na perspectiva dos oprimidos) acontece de forma especial nas Comunidades Eclesiais de Base, iluminando assim, a realidade social e política do povo (BOFF, 1999).

Compreendemos que ambas as formas de espiritualidade estão fundamentadas em tradições bíblicas e que também Jesus e seu movimento de libertação as vivenciaram, bem como deixaram por herança várias contribuições que continuam agregando valores à espiritualidade contemporânea.

Embora possamos considerar várias formas de espiritualidades, cada religião cria um jeito próprio de se relacionar com a divindade, todas elas são dependentes das diferentes tradições religiosas, sendo que aquelas que são consideradas 'mais evoluídas' apresentam para os seus membros um 'caminho espiritual' com características mais elaboradas.

Murad (2007, p. 125) elenca alguns traços comuns entre as espiritualidades, considerando a sabedoria das grandes religiões da humanidade, quais sejam:

- Assumir uma postura de vida de "ser do bem", em todos os seus relacionamentos.
- Buscar um sentido integrador para a existência pessoal, coletiva e cósmica.
- Aprender do caminho espiritual das várias religiões, valorizando seus símbolos e ritos.
- Superar os excessos das religiões históricas, tais como a repressão sexual, o conformismo diante do sofrimento, a culpabilidade trágica e infantil, a figura patriarcal e autoritária de Deus, a intolerância com as outras expressões religiosas.
- Promover a cultura da paz, desenvolvendo a tolerância e o respeito às diversidades, em todas as suas formas (étnica, cultural, de gênero, sexual, religiosa etc.).
- Cultivar o cuidado com o ecossistema, através de atitudes pessoais e ações coletivas que visam a sustentabilidade.
- Aderir a um estilo de vida saudável.

- Fazer um caminho de evolução espiritual pela integração das pulsões, autoconhecimento, cultivo da sabedoria e iluminação.

Assim sendo, desenvolver uma espiritualidade e uma atitude espiritual é sempre um esforço e uma caminhada que exigem muitos passos individuais, já que ninguém pode espiritualizar-se no lugar de outra pessoa. Além do mais, a espiritualidade não é alcançada de uma vez por todas, pelo contrário, constitui uma tarefa desafiadora buscar e encontrar o caminho espiritual de cada um. Por isso, de acordo com Grüm e Asslander (2009, p. 270), a verdadeira espiritualidade se manifesta no agir autêntico, marcado por valores que demonstram segurança interior nas mínimas coisas e exigências do dia-a-dia.

Nesse sentido, assumimos a premissa de que a vida de Jesus é fonte inspiradora para qualquer pessoa que queira progredir na sua espiritualidade. Não é por acaso que embora tenham sido decorridos mais de dois milênios, a sua história, seu exemplo de vida continuam atraindo e motivando tantas pessoas que desejam um mundo mais justo mais humano e mais fraterno.

4.3 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ESPIRITUALIDADE DE JESUS PARA O NOSSO TEMPO

É importante percebermos o contexto no qual estamos inseridos, onde profundas e rápidas transformações - provocadas pela inteligência e atividade criadora humana - se estendem progressivamente por toda a terra, repercutindo sobre tudo o que lhe diz respeito, ou seja, tem impacto sobre os desejos individuais e coletivos, modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De acordo com a Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* sobre a igreja no mundo atual, podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que já se reflete também na vida religiosa e espiritual do ser humano.

Cardoso (2010, p. 27) afirma que “O analfabetismo espiritual tem sido uma das causas da grande decadência na vida de muitos

letrados.” Nesse sentido, embora os seres humanos estejam progredindo cada vez mais em todos os campos do saber, nem sempre esses conhecimentos preenchem os seus anseios mais profundos. Por isso mesmo, não é difícil detectar que em meio a todo aparato social, tecnológico e científico grande número de pessoas sentem-se frustradas e insatisfeitas. Certamente essa percepção das consequências do ‘analfabetismo espiritual’ de que fala a autora, tem desencadeado uma busca pelo transcendente, de modo que possa ajudar a ressignificar as suas existências.

Nolan (2010, p. 31) denomina isso de uma ‘fome de espiritualidade’ que pode ser experimentada de diversas formas:

Alguns experimentam-na como a necessidade de alguma coisa que lhes transmita a força interior para aquecer a vida, ou paz de espírito e libertação dos sentimentos de medo e ansiedade. Outros experimentam-na quando se sentem ir abaixo e necessitados de alguma coisa maior do que eles, que os mantenha de pé. Há, ainda, o sentimento de estar ferido, magoado, alquebrado e com necessidade de cura. Muitos ao que parece, sentem-se separados e isolados das outras pessoas e da natureza. Anseiam por ligação e harmonia [...], sobretudo os jovens, que sentem necessidade de entrar em contato com o mistério, para além daquilo que se vê, ouve, cheira, saboreia, toca ou pensa, para além do materialismo mecanicista. Alguns sentem, muito simplesmente, fome de espiritualidade como um anseio de Deus.

Nesse contexto, embora tenham sido decorridos mais de dois mil anos do nascimento de Jesus, assumimos a premissa de que os seus ensinamentos continuam atuais e são de fundamental importância para todas as pessoas que almejam viver uma autêntica espiritualidade cristã, com possibilidades de – sem desprezar a cultura – conquistar /alcançar uma vida plena de significados. Nesse sentido, o Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (2007, item 41) traz a seguinte contribuição:

Os cristãos precisam recomeçar a partir de Cristo, a partir da contemplação de quem nos revelou em seu mistério a plenitude do cumprimento da vocação humana e de seu sentido. Necessitamos nos fazer discípulos dóceis, para aprender d’Ele, em seu seguimento, a dignidade e a plenitude de vida. E necessitamos, ao mesmo tempo, que o zelo missionário nos consuma para levar ao coração da cultura de nosso tempo aquele sentido unitário e completo da vida humana que nem a ciência, nem a política, nem a economia nem os meios de comunicação poderão proporcionar. Em

Cristo Palavra, Sabedoria de Deus (cf. 1 Cor 1,30), a cultura pode voltar a encontrar seu centro e sua profundidade, a partir de onde é possível olhar a realidade no conjunto de todos seus fatores, discernindo-os à luz do Evangelho e dando a cada um seu lugar e sua dimensão adequada.

Nessa mesma linha, Richter Reimer (2003, p. 57) afirma que seguir Jesus Cristo, viver o seu discipulado e assumir o seu projeto, que é a vivência e construção do Reino de Deus significa:

comprometer-se com a justiça, trabalhar pela libertação de pessoas que sofrem qualquer tipo de opressão. Sem esse compromisso, a espiritualidade se esvazia; ela pode até manifestar-se de forma barulhenta, mas é oca, e, como uma onda, joga as pessoas para lá e para cá no mercado da fé. Assumir o projeto de Jesus é, portanto, fundamental para nossa vida de fé, para nossa espiritualidade.

Seria grande pretensão de nossa parte querer comprometer-nos e trabalhar na construção do Reino de Deus contando apenas com nossa própria razão e força. Desse modo, governaríamos conforme os nossos próprios interesses, buscaríamos nossa própria honra, reconhecimento e glória, conseqüentemente, o Reino de Deus se transformaria numa pequena extensão do nosso próprio reinado. Para nos livrar dessa tentação, Jesus Cristo nos prometeu e ofertou o Espírito Santo, através do qual podemos recordar tudo o que Jesus falou e ensinou (Jo 14,26). Além disso, ele nos capacita, com seu poder dinâmico para sermos testemunhas de Jesus diante de todas as pessoas (At 1,8) (RICHTER REIMER, 2003, p. 57).

Nesse sentido, é imprescindível que estejamos imbuídos e conectados com o Espírito Santo de Deus, o mesmo que sempre impulsionou e orientou toda vida e missão de Jesus, pois

se alguém vive do Espírito de Deus, nós o percebemos por sua irradiação. Então ele se torna transparente para algo que o supera. Não coloca no centro seu ego, mas por ele flui um espírito que o une também aos demais. Não se coloca com sua espiritualidade acima dos outros, mas sente-se um com eles, porque neles se encontrou o mesmo Espírito de Deus. Uma característica importante de uma pessoa espiritual é que sua vida produz frutos. [...] em torno dele “floresce” alguma coisa, em última análise, está haurindo da fonte do Espírito Santo – mesmo que disso ele não tenha consciência. (GRÜM e ASSLANDER, 2009, p. 128)

Nesse sentido, Jesus ao enviar o Espírito aos seus discípulos diz que é o Espírito da Verdade: “Quando vier o Espírito da Verdade, ele vos ensinará toda a verdade” (Jo 16,13). Aqueles e aquelas que vivem desse Espírito não falseiam a realidade com suas projeções, nem precisam propagar pelos quatro cantos que é uma pessoa espiritualizada, uma vez que suas palavras e ações (falam por si mesmas) irradiam um pouco do Espírito de Jesus, assim,

Nem todos os que usam as palavras de Jesus vivem do seu espírito. Se alguém vive do Espírito de Jesus, isso se manifesta pelo “bom gosto” que ele espalha. O bom gosto de Jesus não é de dureza nem de amargor, não é gosto de condenação, mas é um gosto de clareza, de amor e de liberdade. (GRÜM e ASSLANDER, 2009, p.129)

Assim, compete aos cristãos do nosso tempo - homens e mulheres que se apaixonaram pela *práxis* libertadora de Jesus (Lc 4, 16-21 e Mt 9,35-38) - tornar visível o amor misericordioso de Deus-Pai, especialmente para os pobres e marginalizados em quaisquer formas de expressão, que por isso mesmo, são os excluídos e excluídas dos nossos meios de produção e consumo.

4.3.1 Resgatar a Opção Preferencial pelos Pobres e Marginalizados

Embora o pobre ocupe um lugar central na reflexão teológica latino-americana, vale ressaltar que a palavra ‘opção’ nem sempre é bem interpretada. Conforme Calvani (2008), o que se busca dar ênfase não é simplesmente uma “opção” que possa ser colocada ao lado de outras também possíveis. Mais do que isso, trata-se de coerência em relação à essência da revelação bíblica, ou seja,

Optar pelos pobres significa optar pelo Deus do Reino proclamado pelos profetas e por Jesus. Toda a Bíblia é marcada pela opção de Deus pelos fracos e oprimidos na história. Trata-se simplesmente, de coerência com a > revelação bíblica. [...] o motivo da opção pelos pobres é o caráter amoroso e soberano de Deus em quem cremos, pois o Deus verdadeiro dos Cristãos que não são pobres é o Deus dos pobres. E por isso todos os crentes - seja qual for a sua origem sócio-econômica – recebem a exigência e o dom de optar pelos pobres (CALVANI, 2008, p. 728).

Desse modo, a exemplo de Jesus, a opção preferencial pelos pobres e marginalizados na sociedade pós-moderna também deve fazer parte do projeto de vida de todos os homens e mulheres que possuem um querer autêntico de transformação de realidades. Nesse sentido, não podem passar despercebidos os direitos básicos para uma vida digna e significativa, como o direito à liberdade também de expressão, à saúde, à educação, ao trabalho, à segurança, à moradia etc. Isso fica evidente no Documento de Aparecida (2007, item 42), que diz o seguinte:

[...] a sociedade que coordena suas atividades só mediante múltiplas informações, acredita que pode operar de fato como se Deus não existisse. Mas a eficácia dos procedimentos conseguida mediante a informação, ainda que com as tecnologias mais desenvolvidas, não consegue satisfazer o desejo de dignidade inscrita no mais profundo da vocação humana. Por isso, não basta supor que a mera diversidade de pontos de vista, de opções e, finalmente, de informações, que costuma receber o nome de pluri ou multiculturalidade, resolverá a ausência de um significado unitário para tudo o que existe. A pessoa humana é, em sua própria essência, aquele lugar da natureza para onde converge a variedade dos significados em uma única vocação de sentido. As pessoas não se assustam com a diversidade. O que de fato as assusta é não conseguir reunir o conjunto de todos estes significados da realidade em uma compreensão unitária que lhes permita exercer sua liberdade com discernimento e responsabilidade. A pessoa sempre procura a verdade de seu ser, visto que é esta verdade que ilumina a realidade de tal modo que possa se desenvolver nela com liberdade e alegria, com gozo e esperança.

Considerando a conjuntura social acima mencionada, certamente a injustiça e marginalização social assumem proporções de ofensa a Deus, bem como se opõem ao mandamento do amor fraterno e instauração do Reino. De tal maneira, “o resgate da dignidade dos pobres não pode limitar-se à assistência emergencial, mas exige a transformação da sociedade e da economia numa nova ordem voltada para o bem comum” (VASCONCELOS, 2007, p. 14).

É necessário, portanto, reafirmar a opção preferencial pelos pobres, através da práxis libertadora de Jesus (Mt 9,35-38), uma vez que esta propõe alternativas e recupera a dignidade de todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, são ou estão empobrecidos, no que tange a sua imagem e semelhança a Deus Pai. Por isso mesmo, o Reino de Deus exige sintonia e compromisso com a vida dos pobres,

miseráveis e excluídos, de modo a assegurar-lhes o direito à liberdade, à dignidade, ao trabalho, à prática religiosa, à educação, à saúde, à segurança e à solidariedade como opção pela vida e justiça principalmente no contexto Latino-Americano.

4.3.2 Relativizar os Bens Terrenos em Prol dos Valores do Reino

Nas últimas décadas acentuou-se o complexo fenômeno da secularização. Os seres humanos acreditaram que podiam prescindir dos valores religiosos e, assim, declararam a chamada 'morte de Deus', para acabar com a interferência da divindade, e assim, livres, trabalhavam e transformavam o mundo a seu bel prazer. No entanto, conforme Espeja (1994, p. 35):

A experiência humana nesse mundo "sem Deus" apresenta graves falhas – agressividade, dominação do homem pelo homem, violência cruel – e há motivos para se duvidar que os homens sozinhos possam construir a nova sociedade que todos desejamos. Desse modo, a ausência de Deus é também inquietante. Na sociedade secular parece que a divindade se esfumou, mas cada vez mais se torna mais sensível "um rumor de anjos": o próprio Deus intervém continuamente para manifestar-se o quanto pode.

De algum modo, nossa própria condição humana anseia por essa vontade divina, de acordo com Espeja (1994, p.35): "chamados a ser mais do que somos, não suportamos a desrespeitosa redução a que facilmente nos submetem o secularismo e o mercantilismo". Para ele, portanto, necessitamos de um sentido global para existência e a divindade, por sua vez, anseia por revelar-se.

Diante desse contexto, percebe-se então, uma renovada busca pelo sagrado, pelo mistério através da espiritualidade e transcendência. Embora esse retorno não seja para o mesmo sagrado de antigamente, visto que, apresenta-se com características bastante secularizadas, como por exemplo, a procura por uma religião ou divindade a fim de satisfazer necessidades imediatas, como cura, emprego, bens materiais etc. Quando não satisfeitas tais necessidades, a pessoa vai em busca de outra divindade ou religião 'mais poderosa'.

E, a partir do momento em que se alcançou ‘a graça’ desejada, concomitantemente cessa também a busca.

Além de termos uma procura pelo sagrado de forma do ‘toma lá dá cá’, temos que considerar ainda a corrida desenfreada para possuir cada vez mais e aproveitar a vida sem compartilhar do melhor do que temos e somos. No entanto, não é isso que assegura a verdadeira felicidade. Nesse sentido, afirma La Cigoña (2005, p. 2):

Essa busca ansiosa e frenética por “ter sempre mais” e “gozar o mais que se puder” têm estancado o melhor de si em algumas pessoas e desviado, não poucos, para gestos corrompidos e pouco solidários. E o tempo? Para muitos, ele não está mais dividido em dia e noite, mas, sobretudo, em trabalhar e se divertir. Na etapa da juventude, e também em outras para alguns adultos ricos, há um medo indescritível do fim e término das coisas e, até mesmo, do dia começado. As pessoas vivem num ativismo frenético para não encontrar, dentro de si, o vazio angustiante. Barulho, velocidade, “máscaras”, entorpecentes... Tudo colabora para partilhar o mínimo do que somos e temos. A maioria nada partilha ou apenas reparte o sobranço da vida. Mas, é preciso parar, se olhar no “espelho” e ir ao fundo de si para encontrar o melhor, e oferecê-lo gratuitamente aos demais. Isso, além de ser politicamente correto, traz imensa felicidade.

A Bíblia mostra reiteradamente que, quando Deus criou o mundo com sua Palavra, expressou satisfação, dizendo que era “bom” (Gn 1,21), e quando criou o ser humano, homem e mulher, disse que “era muito bom” (Gn 1,31). Procedemos de um desígnio divino de sabedoria e amor. Mas, através do pecado esta beleza originária foi desonrada e esta bondade ferida. Deus, por meio de Jesus Cristo, em seu mistério pascal, recriou o homem fazendo-o filho e dando a ele a garantia de novos céus e de uma nova terra (cf. Ap 21,1). Levamos a imagem do primeiro Adão, mas somos chamados também, desde o princípio, a produzir a imagem de Jesus Cristo, novo Adão (cf. 1 Cor 15,45). A criação leva a marca do Criador e deseja ser libertada e “participar na gloriosa liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8,21) (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, item 28).

O mundo atual tem fornecido um bombardeio de informações, bens, serviços e novidades que, num primeiro momento, parecem suprir os seres humanos de tudo que necessitam para uma vida plena e feliz. No entanto, através de um olhar profundo e preciso, não é difícil

perceber o sentimento de desilusão e desnorteamento que toma conta de uma multidão de pessoas.

Nesse sentido, a Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*, sobre a Igreja no mundo atual, apresenta-nos um panorama da realidade que, de certo modo, também aponta para as verdadeiras causas do esvaziamento de sentido da vida humana:

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos. Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica. Ao mesmo tempo que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua dos seus membros na solidariedade necessária, ele-lo gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, «raciais» e ideológicos, nem está eliminado o perigo duma guerra que tudo subverte. Aumenta o intercâmbio das ideias; mas as próprias palavras com que se exprimem conceitos da maior importância assumem sentidos muito diferentes segundo as diversas ideologias. Finalmente, procura-se com todo o empenho uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcionado.

Desse modo, marcados por circunstâncias tão complexas, a maioria de nós tem sido incapaz de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de harmonizá-los com os novos valores descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentimo-nos oprimidos pela inquietação, principalmente quando se interroga acerca da evolução atual dos acontecimentos. Isso, não é tarefa fácil, visto que representa um desafio encontrar e elaborar uma resposta a partir de nós mesmos.

Nesse sentido, Espeja (1994, p. 86-7) vem reforçar a importância da pessoa humana no projeto de Deus, como possuidora de direitos invioláveis, por isso, Jesus de Nazaré

relativiza leis, ritos e tradições quando está em jogo a vida ou a liberdade das pessoas. Seus direitos contêm algo de divino. A parábola do bom samaritano deixa bem claro que só quando reconhecemos e satisfazemos a esses direitos podemos nos encontrar com o verdadeiro Deus. Essa visão da pessoa humana é fundamental para que homens e mulheres se respeitem mutuamente e respeitem aos demais. A discriminação e os ultrajes contra as pessoas são intoleráveis como o desprezo a si mesmo. Considerar os outros e os

nossos próprios talentos como dom gratuito de Deus é motivo de contínua ação de graças (ESPEJA, 1994, p. 86-87).

No entanto, pode chegar o tempo e a nosso ver esse tempo já chegou em que o conhecimento, os bens materiais e as tecnologias - cada vez mais sofisticadas - sozinhas não darão conta de atribuir sentido à existência, e é com essa consciência que o homem e a mulher estão indo em busca do sobrenatural/transcendente.

Considerando a ação pedagógica de Jesus, é possível perceber que mesmo decorridos mais de dois mil anos, seus ensinamentos não foram esquecidos e nem se tornaram obsoletos. Acreditamos que eles podem ser lidos, interpretados e atualizados com eficácia em todas as relações, ou seja; do ser humano com Deus (verticalidade) e dos seres humanos entre si (horizontalidade), como visto no item 3.2 (capítulo II) desta pesquisa.

Resumindo este item, podemos destacar que, no caminho para uma espiritualidade cristã libertadora, “ninguém pode dizer ‘Jesus Cristo é o Senhor’ se não por ação do Espírito Santo” (1Cor 12,3). Desse modo, a pessoa que está imbuída pela força e poder desse Espírito torna-se portadora dos frutos que lhe são peculiares: “amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra estas coisas não há lei” (Gl, 5,22-23). Esses são os frutos que jamais envelhecem ou apodrecem, pelo contrário, sem entrar em decomposição, tornam-se fecundos e portadores de vida e vida em abundância (Jo 10,10).

Levando-se em conta as pesquisas realizadas até aqui, percebemos que existe um entrelaçamento entre a mística e a espiritualidade, de forma que uma faz parte da outra, e ao mesmo tempo, elas se complementam. Por esse motivo, achamos conveniente incluí-la como um dos itens a serem abordados.

4.4 O CAMINHO DA MÍSTICA

Segundo Barros (2003) a palavra mística é derivada do verbo grego *muô* = fechar. Surgiu no universo das antigas religiões que ecoava o caráter secreto, reservado unicamente às pessoas iniciadas, desse modo,

a mística seria o lugar no qual se revela aquilo que está escondido ao comum dos mortais. Para os pais e mães da Igreja, o que estava escondido e se revelou aos iniciados pelo batismo é o mistério de Jesus Cristo, presença do Pai na pessoa humana de Jesus e, em sua Páscoa, a salvação para todo o universo (BARROS, 2003, p. 13).

No início da história da igreja, o termo 'mística' foi usado para designar a experiência batismal dos cristãos. A partir do século VI, começou a designar experiências especiais e extraordinárias da intimidade de Deus. Nesse sentido, era comum nomear como místicas aquelas pessoas que tinham visões e recebiam revelações extraordinárias. Nos últimos anos, as Igrejas cristãs retomaram a centralidade do mistério pascal e a espiritualidade batismal tornou-se novamente a base da mística cristã (BARROS, 2003, p.13).

Para Espeja (1994), o que caracteriza a mística cristã é o interesse pelo "Reino de Deus", que se constrói dia a dia em nossa terra. Tal interesse se concretiza em compromissos reais e gestos significativos, assim:

A versão da experiência mística é condicionada pela história de cada pessoa, pela sensibilidade e cultura de cada época. Em todo caso, o espírito comunitário, o eficaz sentimento de compaixão e solidariedade de quem pensa não tanto "o que será de mim", mas o que será dos outros, especialmente dos mais pobres, é marca permanente da verdadeira mística. Quem dialoga com o "Deus do Reino" estará sempre interessado em criar comunidades sem dominação e fronteiras. O Reinado de Deus é símbolo de uma utopia que, de algum modo, todos os seres humanos já vislumbram. [...] na verdadeira mística cristã, não há lugar para o pessimismo absoluto em face da evolução do mundo, nem para condenação genérica, nem para o mau humor do intolerante dogmático. Sem também cair em ingênuo otimismo, a paciência e o serviço desinteressado ao mundo, entendido como família humana em sua organização social e no contexto cósmico, serão a marca da mística cristã (ESPEJA, 1994, p. 165-166).

Certamente na medida em que tentar transformar a sua experiência em história, o místico enfrentará conflitos e noites sombrias, no entanto esse processo o fará crescer e amadurecer. Desse modo, a 'purificação' de que falam os grandes místicos deve ser interpretada levando-se em conta todos os âmbitos, não só no relacionamento direto com o Pai, mas também no esforço de descobrir sua presença e escutar sua palavra através dos seres humanos e dos acontecimentos de nossa história. É dentro deste contexto que o místico desenvolve a consciência de que jamais está só, ou seja, Deus o acompanha sempre com a sua graça ajudando-o a vencer as dificuldades pessoais, sociais e eclesiais que possam surgir ao longo da caminhada (ESPEJA, 1994, p. 166).

Para Nolan (2010, p. 33), os místicos não são pessoas que realizam feitos sobre-humanos e que são arrebatados por experiências estranhas e miraculosas, mas atualmente são apreciados como pessoas que levam Deus a sério. Ou seja, são pessoas que não se limitam a acreditar na experiência de Deus, mas afirmam ter 'experimentado' a presença de Deus nas suas vidas e no mundo.

Uma das características dessa experiência mística é que esta inclui, sempre, além da união com Deus, uma experiência de união com todos os seres humanos e com todo universo. Francisco de Assis, por exemplo, sentia-se perfeitamente um com todos os seus irmãos e irmãs humanos, bem como de todas as criaturas (NOLAN, 2010, p. 34).

Pode ser que em pleno século XXI, falar em mística ainda pode sugerir isolamento do mundo e alienação da realidade. No entanto, a experiência mística não exclui o discernimento, nem a liberdade e nem fica enclausurada dentro de quatro paredes. Mais do que isso, ela

[...] conduz a um autoconhecimento tal que não só nos libera de todo e qualquer medo como também libera nossos atos de toda inibição ou temor do fracasso. Faz-se o que se faz porque se encontra nisso um sentido e não porque se espere algum resultado. [...] a religião do místico é aquela que o *religa* à realidade em seus múltiplos aspectos. Aqui a religião *religa* meu espírito e minha alma com meu corpo; *religa-me* aos meus semelhantes e com o mundo inteiro; *religa-me* também com o espírito, com o Mistério ou qualquer outro nome que se lhe queira dar. Paradoxalmente, ao ser consciente de minha *re-ligação*, esta não me liga, não me prende, ao contrário, ela me *des-liga*, me libera (LYRA, 2008, p. 2).

O ponto principal é a inserção da mística no cotidiano, em plena secularidade, onde o místico, não se deixa aprisionar por nenhuma circunstância, nem é escravo do mundo exterior, assim como não faz tragédia de nenhuma calamidade e, portanto, vive e atua em plena liberdade (LYRA, 2008, p. 2).

Dessa forma, podemos afirmar que é inserido na realidade que os seres humanos descobrem e aperfeiçoam suas potencialidades, bem como as possibilidades de nela intervir. É no encontro com o real e com o outro que cada ser humano pode reconhecer a singularidade e unicidade de seu ser. Assim, cada pessoa tem um modo próprio de existir, um 'ser assim' e um 'agir assim' que lhe permite responder a circunstâncias de modo personalizado e irrepetível, sobretudo, afirmando valores que só um ser único seria capaz de realizar naquele momento e daquela maneira.

Há um trecho da música cantada pelos Titãs, intitulada Comida, que demonstra a amplitude das necessidades humanas, uma vez que elas vão muito além do comer, beber, vestir etc.:

A	gente	não	quer	só	comida
A		gente	quer		comida
Diversão			e		arte
A	gente	não	quer	só	comida
A		gente	quer		saída
Para qualquer parte...					
A	gente	não	quer	só	comida
A		gente	quer		bebida
Diversão,					balé
A	gente	não	quer	só	comida
A		gente	quer	a	vida
Como a vida quer...					

Comida

Titãs

Composição: Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto

Certamente, a satisfação de nossas necessidades básicas terão um novo sabor quando a dimensão espiritual também for considerada e evidenciada por meio da prática da justiça, da misericórdia, da acolhida e do compartilhamento de tudo o que temos e somos. Isso envolve, além de tempo, um querer autêntico direcionado para a prática do bem. Dessa forma, cada um de nós, com o nosso 'jeito de ser no

mundo' ao chegarmos ao final das nossas vidas, teremos a certeza e a "alegria de não termos corrido e nem trabalhado em vão" (Fl 2,16).

Resumindo este capítulo:

Não faz muito tempo em que o termo espiritualidade era visto de maneira fragmentada, dissociada do corpóreo e material, no entanto, estamos vivenciando um retorno para o sentido mais próximo do pensamento 'globalizante' da Bíblia em que espírito e matéria são duas dimensões da espiritualidade que designam uma 'forma de viver' no mundo, que abrangem todas as dimensões da existência humana.

Nesse sentido, a prática de uma religião pode até ser um caminho para se chegar à espiritualidade. Mas é importante considerar que, enquanto o pertencimento a uma religião pode ficar apenas na exterioridade das práticas e dos ritos sem, contudo, passar por uma autêntica experiência de fé com o sagrado a espiritualidade é uma experiência que tem início no interior da pessoa e transcende para o exterior.

Além da experiência com o sagrado (verticalidade) a espiritualidade cristã envolve também o aspecto relacional (horizontalidade), ou seja, leva a pessoa a interagir com os outros seres humanos, colocando em prática os ensinamentos de Jesus, passando inclusive pela experiência mística, que não deixa de ser também uma fonte de espiritualidade.

CONCLUSÃO

Com base nas duas perícopes escolhidas como objeto central a partir do qual desenvolvemos a nossa pesquisa (Lc 4,14-21 e Mt 9,35-38) (primeiro capítulo desta dissertação), ficou evidente a identidade de Jesus como “Filho de Deus”, bem como a sua missão de anunciador e instaurador do Reino de Deus aqui na terra.

A leitura do texto profético feita por Jesus na sinagoga de Nazaré (Is 61,1-2), presente em Lc 4,14-21, foi uma das bases textuais sobre a qual Jesus desenvolveu sua ‘pregação inaugural’, visto que a partir daquele momento teve início oficialmente o ministério público de Jesus em meio a uma situação de miséria e sofrimento, decorrentes de um sistema injusto e opressor que sobrecarregava o povo com altas taxas de impostos, fazendo aumentar assim, o número de escravos e escravas e pessoas empobrecidas, doentes e marginalizadas.

Dentro desse contexto, Jesus anuncia um novo tempo de graça, de libertação e reconstrução de identidades, que nada tinha a ver com discursos vazios ou propagandas religiosas, mas tornava visível o rosto misericordioso de Deus, com quem demonstrava proximidade e intimidade. Desse modo, através de Jesus a Boa Nova do Reino se encarna na convivência humana, propiciando uma nova ordem e um novo sentido para a caminhada do povo.

Na segunda perícope (Mt 9,35-38), a Boa Nova anunciada por Jesus é colocada em prática através de sua ação itinerante de evangelização, curas e compaixão. Diante do grande número de pessoas perdidas, abandonadas e abatidas, Jesus viu a necessidade de mais trabalhadores na vinha: “Pedi, pois, ao Senhor da plantação que mande trabalhadores para a colheita.”

Nesse contexto, nasceu o movimento de Jesus que é reconhecido como movimento de renovação intrajudaico. Embora esse novo tempo anunciado e colocado em prática por Jesus, tenha sido causa de muitos conflitos, perseguições, torturas e mortes, Jesus não se deixou intimidar, pelo contrário, colocou-se a serviço do Reino de Deus (horizontalidade), como portador e praticante da misericórdia e da

compaixão, companheiras inseparáveis de sua práxis e ação libertadoras.

Nesse sentido, foi possível perceber a importância do Reino de Deus dentro da práxis libertadora de Jesus, visto que grande parte do seu ensino foi dedicado a este tema. No projeto de Jesus, os pobres, marginalizados e cativos eram considerados por ele como as primícias do Reino de Deus, que já se fazia presente no meio deles.

Vimos que diante da atuação de Jesus as autoridades romanas e os seus discípulos logo o entenderam como pretendente messiânico, mas foi somente após a ressurreição que os participantes do movimento de Jesus adquiriram a plena consciência de sua messianidade.

No segundo capítulo abordamos sobre os fundamentos e características da espiritualidade de Jesus, que a nosso ver, sustentavam a sua práxis libertadora.

Entendemos que a espiritualidade de Jesus estava fundamentada na consciência que ele tinha quanto a sua filiação e missão. Por isso mesmo, mantinha uma profunda ligação com seu “Abbá” (verticalidade), condição essa que pode ser verificada através da proximidade e confiança com que se dirigia a Deus-Pai, principalmente através da oração tantas vezes relatada nos evangelhos como forma de preparação para a tomada de decisão e/ou fortalecimento para a caminhada. Desse modo, podemos afirmar que a proximidade de Jesus com o seu “Abbá”-Pai não o levou a prescindir-se da prática da oração, pelo contrário, os evangelhos registram que ele orava antes da tomada de decisões, como também após as atividades desgastantes de seu ministério, que era totalmente movido e dinamizado pelo poder e pela força do Espírito Santo.

Através das pesquisas realizadas foi possível perceber que o Deus de Jesus Cristo, ao qual ele se dirigia chamando de “Abbá” não era um Deus distante, nem tampouco a quem se devesse recorrer em clima de enorme reverência, usando títulos ostentosos, mas um Deus que é Pai, que é perfeito, que é perdão e que é íntimo dele. Esse era o Deus que Jesus - por meio de sua humanidade - quis tornar conhecido.

Essa condição não o fez sentir-se maior ou mais importante que os outros, pelo contrário, vivia envolvido com aqueles e aquelas sem vez, sem voz e sem nome, criando com eles e com elas laços de acolhida e misericórdia através de uma convivência fraterna (horizontalidade).

Nesse contexto, as pessoas que aderiam ao projeto de Jesus deveriam também fazer uma escolha, pois não era possível continuar ao lado do sistema que – em nome de Deus – deixava tanta gente à margem do caminho. O próprio Jesus entrou em conflito com vários grupos e lideranças (fariseus, escribas, saduceus, herodianos etc.), por eles não entenderem e nem aceitarem a sua maneira diferenciada de tratar e acolher, principalmente os pobres e marginalizados, entre os quais se encontravam inúmeras mulheres e crianças.

No terceiro capítulo, foram apresentados alguns conceitos de espiritualidade, tendo como foco principal a espiritualidade cristã. Assumimos a premissa de que a Bíblia pode ser utilizada como ponto de apoio para quem quer crescer na sua espiritualidade, pois nela encontramos exemplos de fé que demonstram que Deus está perto e caminha com o seu povo. Tal presença pode ser percebida através de situações concretas vivenciadas por homens e mulheres que se dispõem a percorrer o caminho, iluminados pela palavra que é fonte de vida, sejam “perfeitamente habilitados para toda boa obra” (2Tm 3,17).

No mundo globalizado em que vivemos a espiritualidade que nasce da práxis libertadora de Jesus pode nos auxiliar nessa difícil tarefa de ressignificar todas as relações, de tal modo que ao experienciar o sagrado, os bens terrenos sejam relativizados e colocados a serviço da vida, da promoção humana e da dignidade de todas as pessoas.

Concluimos assim, que a práxis libertadora de Jesus continua atualíssima, uma vez que o quadro de marginalizados e marginalizadas do nosso tempo exige da pessoa cristã um olhar e uma ação misericordiosas que possibilitem o resgate e a promoção dos seres humanos, de forma a tornar visíveis os sinais do Reino de Deus, tal qual aconteceu por intermédio de Jesus há mais de dois mil anos.

Ao finalizar esta pesquisa, cabe aqui externar o meu sentimento de alegria pelas reflexões e aprendizagem realizadas e obtidas através

das leituras e elaboração do presente trabalho. Por outro lado, percebo que há muito por caminhar e agregar, em se tratando de um tema tão atual e tão instigante.

REFERÊNCIAS

AGNELO, D.Geraldo Majella. *O reino de Cristo*. Disponível em: <www.cnbb.com.br>, publicado em 23/11/09, acesso em 21/03/11.

ALLGAYER, Antônio Estevão. *Jesus e os excluídos do reino*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Coleção teólogos leigos)

BARROS, Marcelo. Deixando-se guiar pelo Espírito: abrindo a conversa sobre Espiritualidade. In: OROFINO, Francisco (Org.). *Ciranda da Espiritualidade*. n. 187/187. São Leopoldo: CEBI, 2003, p. 10 a 20.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria da religião*. Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução Frei José Pedreira de Castro, O. F. M. 153. São Paulo: Ave Maria, 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 5. ed. São Paulo: Canção Nova, 2007.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAKEMEIER, Gottfried. *Enfoques bíblicos*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

BUTZKE, Paulo Afonso, Espiritualidade. In: BORTOLETTO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 387-391.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão, Opção pelos pobres. In: BORTOLETTO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008 p. 728-730.

CARDOSO, Maria José. *Dos meus silêncios para os seus*. Goiânia: Kelps, 2010.

CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus: comentário sociológico e religioso a partir das margens*. Tradução de Walter Lisboa – São Paulo: Paulus, 2002. – (Grande comentário bíblico)

CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*, sobre a Igreja no mundo atual (Constituições do Concílio Vaticano II, promulgada em 1965 pelo papa Paulo VI), disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>, acesso em 03/04/11.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência geral do episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas e Paulus, 2007.

DIETRICH, Luiz José, Leitura da bíblia no contexto latino-americano. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.) *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 569-571.

DOCUMENTO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Olhando para Frente: o projeto ser igreja no Novo Milênio explicado às comunidades. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/134-documentos-cnbb>, acesso em 10/04/11.

ESPEJA, Jesús. *Espiritualidade cristã*. Tradução de Ralfy Mendes de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESSER, H.H. Misericórdia, compaixão. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs). *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. Tradução Gordon Chown. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000. p. 1294-1299.

FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos*. Tradução de Giovanni di Biasio (Lc) e Johan Konings (Jo). São Paulo: Loyola, 1998. (V.II)

FORTIN-MELKEVIK, Anne. A Identidade do cristão no seguimento de Jesus Cristo. *Concilium*. Petrópolis, v. 269, p. 109-120, 1997/1.

GRENIER, Brian. *Jesus, o mestre*. Tradução de Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998.

GRÜM, Anselm; ASSLANDER, Friedrich. *A arte de ser mestre de si mesmo para ser líder de pessoas*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HUNTER, James C. *O monge e o executivo*. Tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

JONES, Laurie Beth. *Jesus o maior líder que já existiu*. Tradução de Luiz Orlando Lemos. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

KAZANTZAKIS, Nikos. *Zorba, o grego*. Tradução de Edgar Flexa Ribeiro e Guilhermina Sette. 1. Edição. São Paulo: Abril S.A, 1974.

KING, Ursula. A espiritualidade na visão de Pierre Teilhard de Chardin. *Teologia & Cultura* - Edição nº 0 - Ano I - Abril/Maio/Junho 2005. Portal Paulinas, acesso em 17/09/09.

KUNZ, Claiton André. Parábolas. In: BORTOLETO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008, p. 743-747.
LA CIGOÑA, Ramón F. Grandes amores, grandes decisões. *Revista de Espiritualidade Inaciana*, ITAICI. n. 62, 2005.

LANCELOTTI, Angelo. Comentário ao Evangelho de São Mateus. Tradução de Antônio Angonese (Introdução) e Epharaim Ferreira Alves (Comentários exegéticos). Petrópolis: Vozes, 1980.

LECTIO DIVINA: Ontem e Hoje. Guido Il et *alli*. Juiz de Fora: Mosteiro de Santa Cruz, 1999.

LIBANIO, João Batista. *Um outro olhar.* Coletânea de Homilias de J. B. Libanio. AGUIAR, Marta. MORAIS FONSECA, Maria Alice. MARINHO FERREIRA, Regina Maria (Org.). Minas Gerais: Vespasiano, 2007.

LIBANIO, João Batista. *Creio em Jesus Cristo.* 2. Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

LIBANIO, João Batista. Entrevista: "Perspectivas para o Cristianismo", disponível em: <www.jb.libanio.com.br>, publicada em 02/10/2009, acesso em 10/03/10.

LYRA, Sônia Regina. *De la mística. Experiência plena de la vida.* *Revista de Teologia & Cultura* - Edição nº 20 - Ano IV - Novembro/Dezembro 2008. Portal das Paulinas, acesso em 02/03/11.

MARTINS, Gedeon. *Exegese de Lucas.* Disponível em: <<http://exegesedonovotestamento.blogspot.com/2008/01/lucas.html>>, postado em 01/01/2008, acesso em 06/04/11.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos.* Tradução de Alex Martins. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

McGRATH, Alister E. *Uma introdução à espiritualidade cristã.* Tradução Willian Lane. São Paulo: Vida, 2008.

MESTERS, Carlos. *Com Jesus na contramão.* São Paulo: Paulinas, 1995. (Coleção SAB)

MESTERS, Carlos. A prática evangelizadora de Jesus revelada nos Evangelhos. Disponível em: <<http://www.cnbbo2.org.br>>, publicado em 30/08/2006, acesso em 23/03/2011.

MOLTMANN, Jürgen. *O Caminho de Jesus Cristo: Cristologia em dimensões messiânicas.* Petrópolis: Vozes, 1994.

MURAD, Afonso. *Gestão e Espiritualidade.* 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. – (Coleção ética & negócios)

NOLAN, Albert. *Jesus antes do cristianismo.* Tradução: Grupo de tradução São Domingos. São Paulo: Paulus, 1987.

NOLAN, Albert. *Jesus Hoje: uma espiritualidade de liberdade radical*. Tradução Paulinas – Lisboa; 3. ed. – São Paulo: Paulinas, 2010 - (Coleção teologia no espírito)

OLIVEIRA, Ananias. Jesus e o Cristo. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.) *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008, p. 545-547.

PIKAZA, Xabier. *A figura de Jesus profeta, taumaturgo, rabino, messias*. Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

PIXLEY, Jorge V. *Vida no Espírito: projeto messiânico de Jesus depois da ressurreição*. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis/R: Vozes, 1997.

REIMER Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni. *Tempo de Graça: o jubileu e as tradições jubilares na Bíblia*. São Leopoldo. CEBI; Sinodal; São Paulo: Paulus, 1999.

REIMER Haroldo. Sobre economia no antigo Israel e no espelho de textos da Bíblia Hebraica. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). *Economia no Mundo Bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006. p. 7-32.

RICHTER REIMER, Ivoni. Espiritualidade no cotidiano. In: ORFINO, Francisco (Org.) *Ciranda da Espiritualidade*. n. 187/187. São Leopoldo: CEBI, 2003, p. 56 a 62.

RICHTER REIMER, Ivoni. Parábolas no novo testamento: reflexões sobre metodologia e economia. *Caminhos*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 283-290, jul/dez. 2004.

RICHTER REIMER, Ivoni. *Grava-me como selo sobre teu coração: teologia bíblica feminista*. São Paulo: Paulinas, 2005. – (Coleção Bíblia em comunidade. Série teologias bíblicas; 8)

RICHTER REIMER, Ivoni. Templo como espaço sagrado. In: _____. (Org.). *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: CEBI/Sinodal, 2006. p. 71-75.

RICHTER REIMER, Ivoni. Templo: espaço sagrado e simbólico-identitário na vida de Jesus. In: OLIVEIRA, Irene Dias (Org.). *Religião no centro-oeste: impacto sociocultural*. Goiânia: UCG, 2007. p. 69 a 75.

RICHTER REIMER, Ivoni. *O milagre das mãos: curas e exorcismos de Jesus em seu contexto sócio-cultural*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: UCG, 2008.

REIMER Haroldo; RICHTER REIMER, Ivoni, Reino de Deus. In: BORTOLETTO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 855 a 859.

RICHTER REIMER, Ivoni. Educação teológica como serviço à vida à luz da práxis crítico-libertadora de Jesus. *Caminhando*, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 2, p. 15-27, jul/dez. 2009.

RIUS-CAMPS, Josep. *O evangelho de Lucas: o êxodo do homem livre*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

ROOS, Jonas. Religião. In: BORTOLETTO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008. p. 859-862.

SILVA, Valmor. Bíblia e cidadania. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, 2000, p.1-16.

SOBRINO, Jon. Jesus, *O Libertador*: I. A história de Jesus de Nazaré. São Paulo, Vozes, 1994. (Col. Teologia e Libertação).

THEISSEN, Gerd. *Sociologia do movimento de Jesus*. Tradução Werner Fuchs e Annemarie Hohn. São Leopoldo: Vozes e Sinodal, 1989.

VARO, Francisco. Por que Jesus foi condenado à morte? Disponível em: <<http://www.opusdei.org.br>>, publicado em 02/04/2006, acesso em 10/05/11.

VASCONCELOS, Nelson Mendes. *A ressurreição como base para a práxis libertadora da fé*. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática) – Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo. 2007.

V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe: *síntese das contribuições recebidas*. São Paulo: Paulinas e Paulus, 2007.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. 5. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WIESE, Werner, Bíblia. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008, p. 105-109.

ZILLES, Urbano. *Racionalidade e Espiritualidade*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, no dia 08/08/2006, disponível em: <<http://www.esteditora.com.br/textos/racionalidade.htm>>, acesso em 18.04.11.